RELATÓRIO & CONTAS 2022



RELATÓRIO & CONTAS 2022

ÍNDICE:

Relatório de Gestão	pág. 03
INTRODUÇÃO	pág. 04
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	pág. 06
ATIVIDADE DA EMPRESA	, 0
1. GESTÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA	
2. FLEXIBUS	
3. PARQUES DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO	pág. 09
4. PARQUE DE ESTACIONAMENTO AFONSO HENRIQUES	pág. 11
5. PARQUES COSTA DE CAPARICA	pág. 11
6. PARQUES PRAIAS	pág. 12
7. APOIOS DE PRAIA	pág 12
8. AÇÃO FISCALIZADORA DA WEMOB	pág. 12
8.1. TAXAS E INFRAÇÕES	pág. 12
8.2. COIMAS	pág. 13
8.3. PARQUÍMETROS (c/ título)	pág. 14
8.4. PARQUÍMETROS (s/ título)	pág. 15
RECURSOS HUMANOS	pág 15
QUADRO DE PESSOAL	
DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR VÍNCULO LABORAL	1.3
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DOS TRABALHADORES	
DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO	
ESTRUTURA ETÁRIA	
DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR GÉNERO E IDADE	
HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	nág 19
1. INVESTIMENTO	
2. RENDIMENTOS	
3. GASTOS	
	,
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	
FACTOS RELEVANTES	
EVENTOS SUBSEQUENTES	
PERSPETIVAS PARA 2023	
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	
INFORMAÇÃO ADICIONAL	
NOTAS FINAIS	
MAPA DE RENDIMENTOS E GASTOS	
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	pag. 30
Demonstrações Financeiras	nác 01
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS	
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	pág. 36
Contilione College Control of Developed Figure 1 Union	

RELATORIO & CONTAS 2022

RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 42.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, e do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais, vem o Conselho de Administração, submeter à apreciação da Câmara Municipal de Almada, no exercício dos poderes tutelares desta, previstos na alínea d) do artigo 24º dos Estatutos, os documentos descritos no número 2, do artigo 33.º dos Estatutos da WeMob E.M., S.A., tais como o Relatório de Gestão, o anexo ao Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022 e os anexos, bem como, a Certificação Legal de Contas e o Parecer do Fiscal Único, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

O início do ano foi, ainda, marcado por um conjunto de novas medidas introduzidas, no âmbito da declaração do estado de calamidade, e na sequência da Resolução aprovada em Conselho de Ministros de 21 de dezembro, por forma a minorar o crescimento da pandemia nas semanas adjacentes ao Natal e Ano Novo. Acompanhando as alterações provocadas pelas restrições adicionais, das quais se destacam, a adoção obrigatória (sempre que possível) da modalidade de teletrabalho, bem como a suspensão das atividades letivas e não letivas em regime presencial, a WeMob adotou, em articulação com o Município, medidas semelhantes às já implementadas no início do ano anterior (isenção do pagamento de tarifas de estacionamento, em zonas tarifadas com parquímetros, aos titulares de dístico de residente e suspensão de ações de bloqueio e de remoção, tendo-se excetuado as situações que constituíssem infração grave ou prejuízo substancial para a mobilidade). Estas medidas, condicionadoras da atuação da fiscalização, embora benéficas, nomeadamente, para os residentes, tiveram impacto negativo, sobretudo, nos meses de janeiro e de fevereiro, na execução do Orçamento previsto, sobretudo, ao nível dos rendimentos, decorrentes das áreas da fiscalização.

Contudo, a evolução favorável da pandemia e o regresso à normalidade, também na atuação da WeMob, enquanto entidade fiscalizadora do estacionamento, a partir do mês de março e ao longo dos meses do ano, permitiu um aumento gradual dos rendimentos provenientes das atividades, diretamente, relacionadas com a fiscalização e assim uma recuperação da receita perdida naqueles meses.

Vertente de melhoria de Serviço Público:

- :: retoma, em pleno, da atividade dos Veículos em Fim de Vida, com a afetação a esta área de atividade, de uma equipa de Agentes de Fiscalização, a tempo inteiro permitindo um melhor planeamento do trabalho a desenvolver com impacto positivo não só do ponto de vista ambiental, mas também, na libertação de lugares de estacionamento à superfície;
- :: investimento nos parques de estacionamento subterrâneo no que se refere a procedimentos de manutenção e segurança, nomeadamente através da aquisição de serviços de Manutenção
- Preventiva e Corretiva e Fornecimento de Peças, para os equipamentos de sistemas de controlo e acesso aos parques, permitindo uma melhoria na qualidade do serviço prestado na medida em que passou a existir uma verificação continuada das condições do equipamento prevenindo, assim, avarias futuras;
- :: investimento na melhoria das condições de acessibilidade do parque de estacionamento Capitão Leitão, através da aquisição de Serviços de Manutenção, Substituição de Motores de Tração e Controladores Eletrónicos do Elevador do Parque de Estacionamento Capitão Leitão melhorando a qualidade do serviço prestado aos utilizadores do parque;
- :: melhoria das condições de higiene e salubridade, através da contratação de serviços de limpeza especializada, dos parques de estacionamento Capitão Leitão, Luísa Sigeia, Afonso Henriques e Bento Goncalves;
- :: pintura e marcação do pavimento do parque Capitão Leitão contribuindo, assim, para uma melhoria das condições de circulação e de ordenamento dos lugares de estacionamento;
- :: implementação, em mais três parques de estacionamento (Luísa Sigeia, Afonso Henriques e Costa de Caparica), de meios de pagamento eletrónico (multibanco);
- :: a inauguração do Parque de Estacionamento na zona Norte do Parque da Paz proporcionando, nomeadamente, a quem frequenta este parque, estacionamento acessível e com vigilância;
- :: aquisição e instalação de um sistema de leitor de matrículas na Rua Cândido dos Reis melhorando, substancialmente, a fruição pedonal naquela rua;
- :: recurso ao aluguer de parquímetros para a Costa de Caparica, durante a época balnear, permitindo uma diminuição dos atos de vandalismo e, assim, uma diminuição das avarias dos equipamentos com impacto positivo no serviço prestado;



:: reforço da equipa de Agentes de Estacionamento permitindo a atuação da fiscalização não só em Almada, como também, na Costa de Caparica com impacto positivo nas condições de mobilidade:

:: inclusão na Rota Flexibus Pêra da passagem por Porto Brandão assegurando o transporte (gratuito) de passageiros do Porto Brandão, durante o período necessário à estabilização da oferta de transportes e ao aumento da frequência da Carris Metropolitana e garantindo, assim, o acesso da população de Porto Brandão e de Pêra a equipamentos como o Centro de Saúde do Monte de Caparica, Hospital Garcia de Orta, Instituto Português da Qualidade, Piscina Municipal – Caparica, CUF Almada, CTT, Estação de comboio do Pragal, e promovendo a integração social de crianças e jovens da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente mental (APPACDM);

:: melhor das condições do parque de veículos rebocados, em Cacilhas, através da criação de uma vedação com portão, reforçando as condições de segurança:

:: inicio do lançamento do procedimento para a aquisição de reboque para reforço dos meios afetos à atividade da fiscalização (prevê-se a conclusão e aquisição até ao final do 1º trimestre de 2023);

:: afetação da equipa de reboque a iniciativas culturais desenvolvidas pelo Município (Festival Sol da Caparica, Passagem do ano, Caparica Surf Fest, entre outros);

Vertente de melhoria no Atendimento ao Público:

:: implementação do sistema Dístico na Hora, no balcão de atendimento WeMob ou, em alternativa, a emissão do Dístico Online, evitando que os residentes se tenham de deslocar à WeMob;

:: envio, à semelhança de em anos anteriores, de SMS para os residentes na Costa de Caparica alertando para a renovação automática dos dísticos, antes do início da época balnear;

:: instalação de uma central telefónica permitindo uma redução do número de chamadas perdidas e um reencaminhamento, mais eficiente, das chamadas encurtando os tempos de espera do esclarecimento aos utentes;

:: instalação, à semelhança de nos dois últimos anos, de um posto de atendimento e de um parque de veículos rebocados, na Costa de Caparica, permitindo uma maior proximidade dos utentes e, logo, o esclarecimento de dúvidas, a obtenção de informações e o pagamento de taxas ou coimas, entre outros, no local;

Vertente Gestão do Litoral:

:: à semelhança de em anos anteriores, manteve-se a constante vigilância sobre as ocupações dominiais no Domínio Publico Marítimo (DPM) numa zona de intervenção que abrange 14 KM de frente de praia, onde estão inseridos cerca de 70 apoios de praia, 70 escolas de desportos deslizantes, assim como estruturas para armazenamento de equipamentos de desporto, entre outros:

:: gestão dos contratos de uso e fruição dos apoios de praia urbanos;

:: gestão das concessões fora da zona urbana;

:: com o fim das restrições derivadas da pandemia, verificou-se elevado acréscimo considerável de eventos nas praias, o que motivou um aumento dos pedidos de parecer da CMA, nomeadamente ao nível de eventos recreativos, filmagens, eventos desportivos entre outros, os quais carecem de enquadramento dentro da legislação existente para o domínio público marítimo;

:: emissão de licenciamentos dos armazéns de apoio à prática desportiva;

:: emissão dos licenciamentos das zonas de apoio balnear (ZAB's) para a época balnear;

:: cobrança da taxa de limpeza do areal, em articulação com os serviços da CMA;

:: preparação da época balnear de 2022, devidamente articulada com a CMA, Autoridade Marítima e APA;

:: participação da WeMob na organização do I Encontro de Carros Alemães na Costa de Caparica, em maio, e do II Encontro de Carros Alemães na Costa de Caparica, em novembro.

Vertente de Segurança ao Público:

:: procedimento de contratação pública para a aquisição de serviços de assistência técnica e



equipamentos de segurança contra incêndios e levantamento de necessidades e anomalias, garantindo a segurança dos trabalhadores e dos utilizadores dos parques de estacionamento; : revisão dos geradores dos parques de estacionamento Luísa Sigeia, Conde Ferreira e Laranjeiro.

Vertente de modernização da empresa ao nível digital, da sustentabilidade ambiental e da melhoria das instalações:

- :: continuação do processo de transição digital da empresa, e em concreto, da integração de softwares simplificando procedimentos, reduzindo riscos e contribuindo para a implementação de um verdadeiro sistema de controlo interno e de gestão eficaz;
- :: o assegurar das condições de trabalho na Costa de Caparica, para os Agentes de Fiscalização e de Estacionamento, para os Operadores de Parques e de Parquímetros e para os Administrativos do Atendimento, através do aluguer de contentores para refeições e pausas, equipados com ar condicionado, de WC's portáteis, com serviço de limpeza incluído, e de uma máquina de água;
- :: acondicionamento de boa parte do arquivo da WeMob no espaço da Romeira permitindo melhores condições nas instalações da empresa, em Cacilhas.

A 21 de março de 2022 e a 29 de abril de 2022 foi aprovada, em sede de reunião de Câmara e de Assembleia Municipal, respetivamente, a proposta de Contrato Programa, a celebrar entre a WeMob e a Câmara Municipal de Almada, contendo os montantes de **subsídios à exploração** a atribuir a cada uma das áreas de atividade, que compõem o documento, e cujas " receitas anualmente geradas são inferiores aos custos anuais, pelo facto de se adotarem políticas condicionadas por fatores de ordem social que não permitem que o desenvolvimento da atividade da WeMob seja meramente determinado por uma lógica de pura racionalidade económica", ou que sejam deficitárias "por não lhes estar associada qualquer tipo de receita":

- o o Gestão e Exploração do Serviço de Mobilidade Inclusiva Flexibus (Almada e Pêra): 58.000 euros;
- o Gestão e Exploração dos 5 parques de estacionamento subterrâneo: 126.000 euros;
- o Gestão e Exploração do parque de estacionamento Afonso Henriques: 15.000 euros;
- o Remoção de Veículos Abandonados :70.000 euros;
- o Gestão e Fiscalização dos Lugares Reservados a Residentes: 230.000 euros,

totalizando 499.000 euros.

Em 2022, foram as seguintes as áreas de atividade da WeMob:

- :: Gestão de Veículos em Fim de Vida (VFV);
- :: Gestão do Serviço de Mobilidade Inclusiva Flexibus, em Almada e na freguesia de Pera;
- :: Exploração e Gestão dos parques de estacionamento, em Almada, Costa de Caparica, e praias (Rainha e Rei);
- :: Gestão dos Apoios de Praia (frente urbana e não urbana);
- :: Fiscalização do estacionamento nas áreas de gestão atribuídas à empresa.

COMPOSIÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais apresentam a seguinte estrutura:

Assembleia Geral

É composta por um representante do sócio único Maria Teodolinda Monteiro Silveira

Conselho de Administração

Presidente

Ana Luísa Lima Ferreira

Vogais

Filipe Alexandre Pardal Pacheco Hélio Jorge Ferreira dos Anjos



Fiscal Único

Jorge Macedo & Nuno Borges, SROC, Lda. Representada por Nuno Miguel Borges Alves Pereira

ATIVIDADE DA EMPRESA

1. GESTÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

A afetação a tempo inteiro (com exceção de nos meses de verão) de uma equipa a este serviço, em 2022, permitiu o desenvolvimento de um plano de trabalho com vista à retirada de viaturas abandonadas na via pública, no Concelho. Ainda assim, a limitação em relação ao espaço das duas garagens afetas a esta área de atividade mantém-se, face ao elevado número de veículos com sinais de abandono detetados na via pública. De facto, depois de estabilizada a equipa, a maior dificuldade tem sido a insuficiência de espaço, nos dois parques, para o depósito desta natureza de veículos. Apesar de se ter procedido ao arrendamento, em outubro de 2021, de um outro espaço (Romeira) para depósito destes veículos, o espaço é ainda limitado em virtude, por um lado, do número significativo de viaturas com situações de penhora cujo processo resolutivo é demorado obrigando à sua guarda, em parque, por períodos longos, e por outro lado, do número elevado de viaturas, com sinais de abandono, a maior parte dos quais, já identificados e que é necessário retirar da via pública. Ao longo do ano, a capacidade dos dois espaços (Cova da Piedade e Romeira), num total de 200 lugares, encontrou-se sempre esgotada. A WeMob encontra-se a avaliar o investimento que será necessário efetuar para requalificar e dotar o parque da Sobreda (atualmente depósito de sucata) das condições necessárias, nomeadamente, no que se refere à segurança desta natureza de veículos.

Em 2022, a WeMob retirou da via pública 454 veículos dos quais, 51 foram reclamados e levantados pelos proprietários, após o pagamento das taxas devidas (remoção e diária). Dos veículos em parque, e após o cumprimento de todos os prazos e procedimentos legais, a WeMob procedeu à venda a empresas credenciadas para o efeito, de 369 veículos.

Importa referir que o processo de retirada de veículos desta natureza da via pública é executado por etapas e obedece a prazos legais. Assim, em 2022, foram detetados (fase da deteção) 1.290 veículos com sinais de abandono e decorridos 30 dias (prazo legal) foram confirmados (fase da confirmação) 701 veículos. As equipas removeram 454 veículos, ou seja, 65% do número de veículos confirmados. Dos restantes, a quase totalidade dos mesmos, aquando da deslocação ao local, já após a confirmação, não de encontravam no local.

No corrente ano foram cedidos para exercício práticos de simulacro/desencarceramento. Como habitualmente, foram cedidos 21 veículos aos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, 9 veículos aos Bombeiros Voluntários da Almada, 9 veículos aos Bombeiros Voluntários da Trafaria, 5 veículos aos Bombeiros Voluntários da Costa de Caparica e 5 veículos à Proteção Civil.

O gráfico abaixo ilustra a distribuição dos veículos removidos, por freguesia:

Costa de Caparica
Costa de Caparica
Cova da Piedade
Charneca

Cacilhas
Laranjeiro

Sobreda Feijó

VFV's - Veículos Removidos por Freguesias

Nº Veículos	
39	
20	Г
73	
15	
41	
46	
33	
74	
65	
9	
39	
454	
	39 20 73 15 41 46 33 74 65 9



No que diz respeito ao rendimento proveniente da venda desta natureza de veículos, variável em função do preço da tonelada do aço, o mesmo fixou-se nos 63.936 euros, inferior ao previsto em 6.064 euros. O desvio registado justifica-se pela interrupção da atividade, nos meses de verão, face à necessidade de se afetarem os recursos humanos à fiscalização na Costa de Caparica.

Face a igual período de 2021, registou-se um acréscimo de 50.144 euros (+364%) no rendimento obtido nesta área de atividade.

Importa reforçar que atuação da WeMob nesta área de atividade está condicionada pela limitação dos espaços para o depósito em segurança desta natureza de veículos. O sucesso na solução a encontrar, e a sua exequibilidade do ponto de vista financeiro será fundamental para a retirada do número significativo de veículos abandonados que ainda se encontram por todo o Concelho.

2. FLEXIBUS

Ao longo do ano, a WeMob desenvolveu todos os esforços para que o *Flexibus* garantisse o acesso de um número cada vez mais elevado de pessoas, não só a equipamentos de cariz social, como também a outra natureza de equipamentos, promovendo assim a integração social das populações que, até então, tinham o seu acesso a transportes públicos muito condicionado.

Ao longo do primeiro semestre de 2022, o serviço de Mobilidade Inclusiva *Flexibus* foi, sempre que possível, assegurando o transporte de utentes, em ambos os circuitos, de forma gratuita. Contudo, e devido a constrangimentos, como avarias nos mini-autocarros, nem sempre foi viável garantir o circuito de Almada. Nestas circunstâncias, empresa deu sempre prioridade ao funcionamento, em pleno, da Rota de Pêra, devido à maior dificuldade no acesso a transportes naquela localidade, comparativamente com Almada, onde que a oferta é, substancialmente, maior. A partir de julho, na sequência de pedido efetuado pelo Município, a WeMob passou a assegurar o transporte da população de Porto Brandão, durante o período necessário à estabilização da oferta de transportes e ao aumento da frequência da Carris Metropolitana. Também a partir de julho, e dada a maior escassez de transportes em Porto Brandão, por comparação a Almada, o *Flexibus* deixou de efetuar a rota em Almada, adaptando a rota de Pêra e incluindo nela Porto Brandão.

Em 2022, a Rota de Pêra foi assegurada, diariamente, embora com a suspensão de uma, ou de outra volta, num ou noutro dia, em consequência de avarias nos miniautocarros. Desta forma, considera-se que o circuito de Pêra foi realizado na totalidade dos dias previstos (247), embora com falhas pontuais no cumprimento de alguns dos horários das voltas. A taxa de funcionamento, do *Flexibus* em Pêra foi de 87%.

Em 2022, o Serviço *Flexibus* continuou a constituir-se como uma importante resposta no acesso de populações mais carenciadas, em alguns casos com problemas de mobilidade, e de residentes em zonas mais carenciadas de transportes públicos, nomeadamente, a equipamentos de utilidade social. Por outro lado, o assegurar do transporte a crianças e jovens da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), situada em Pêra, confere a este serviço um papel importante na integração social destas crianças e jovens.

Ao longo do ano de 2022, efetuaram-se 1.677 serviços, em Pêra, mais 498 por comparação a 2021. No que se refere ao número de passageiros, em 2022, foram 17.396, mais 7.132, por comparação a 2021.

Em 2022, iniciou-se o procedimento de contratação pública para a aquisição de um mini-autocarro (em fase de adjudicação) e reforçou-se a equipa de motoristas com mais um elemento. O objetivo foi o de dotar o serviço dos meios necessários à promoção da "integração social da população sénior e desfavorecida do Concelho" e ao "fomento das acessibilidades a meios de transporte coletivo de passageiros" estando prevista, em sede de Plano de Atividades e Orçamento 2023 a criação de uma nova Rota *Flexibus* com início nas Casas Velhas, passagem na Trafaria, Cova do Vapor e término na Costa de Caparica (Centro de Saúde).

Importa realçar que, ao longo do ano, a importância do serviço *Flexibus* na melhoria da vida de quem o utilizou foi sendo reconhecida, quer através de manifestação de gratidão junto dos motoristas, quer por meio de escritos que chegaram à WeMob.

No que se refere aos gastos, os mesmos totalizaram 78.500 euros, distribuídos da seguinte forma: Fornecimentos e Serviços Externos: 14.110 euros (18%), Gastos com Pessoal: 54.010 euros (69%) e outros gastos: 10.380 euros (13%).

Relembrando que o serviço que é gratuito, o défice de exploração desta área de atividade situou-se nos



78.500 euros cobertos, em parte, pelo subsídio à exploração (58.000 euros) atribuído por via do Contrato Programa celebrado, entre a WeMob e o Município.

3. PARQUES DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO

Os cinco parques de estacionamento subterrâneo constituem-se como uma importante resposta de estacionamento, acessível e cómodo, para quem de desloca, diariamente, utilizando o veículo automóvel, ou para quem reside na proximidade dos parques.

Nos últimos anos, Almada tem vindo a tornar-se uma alternativa, nomeadamente, a Lisboa, como um local, para viver e/ou trabalhar, tornando insuficientes o número de lugares de estacionamento à superfície. A entrada em vigor do novo Regulamento de Estacionamento, que se perspetiva venha a ser implementado em 2023, ao incluir lugares de estacionamento mistos, pretende, entre outros, uma otimização dos mesmos lugares. A par desta alteração, a WeMob encontra-se, em articulação com o Município, a estudar novas ofertas de estacionamento de que são exemplo o parque de estacionamento Comandante António Feio e o parque de estacionamento do Morro de Cacilhas, considerados em sede de Plano de Atividades e Orçamento 2023.

A par da dificuldade em se encontrarem lugares de estacionamento à superfície, o tarifário (acessível) nos parques de estacionamento WeMob, a melhoria nas condições de acesso que a WeMob tem vindo a criar nos últimos anos, nomeadamente, o pagamento através de multibanco ou da aplicação Via Verde, um maior cuidado com a limpeza destes equipamentos e o conhecimento generalizado da existência dos mesmos, são fatores que justificam um crescimento, a cada ano, da procura, quer por lugares avençados, quer por lugares rotativos. Por outro lado, esta tendência de crescimento é também resultado do trabalho das equipas de fiscalização, nas zonas envolventes aos parques, e talvez de uma maior consciencialização, por parte dos utentes, para o correto estacionamento na cidade como fator essencial para a fruição pedonal.

Importa referir que, em 2022, à exceção de no parque Conde Ferreira, onde 18 avenças estão, ainda, disponíveis, nos restantes parques as avenças encontram-se esgotadas existindo uma lista de espera de utentes interessados.

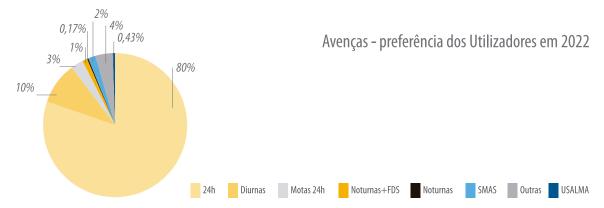
Em 2022, apesar das medidas adotadas, ainda num contexto pandémico, referidas no início do documento e que isentavam os residentes do pagamento das tarifas à superfície, os cinco parques de estacionamento subterrâneo registaram um rendimento global de 353.276 euros dos quais 300.855 euros (85%) resultaram da venda de avenças e 52.421 euros (15%) provieram da venda de lugares rotativos. O desvio orçamental global foi positivo em 54.776 euros: na venda de avenças o desvio positivo situou-se nos 41.274 euros e na venda de lugares rotativos, o rendimento foi superior ao esperado em 13.502 euros.

Os rendimentos obtidos com a venda de avenças nos parques Conde Ferreira (80.487 euros), Luísa Sigeia (66.640 euros) e Laranjeiro (63.630 euros) representaram 27%, 22% e 21%, respetivamente, do rendimento global da venda de avenças (300.855 euros). Os parques Bento Gonçalves (54.908 euros) e Capitão Leitão (35.190 euros) contribuíram para o mesmo total com 18% e 12%, respetivamente.

Inversamente, no que se refere ao rendimento registado com a venda de lugares rotativos, os parques com maior procura foram o da Bento Gonçalves, cujo rendimento de 22.937 euros representou 44% do rendimento total dos rotativos (52.421 euros) e o da Capitão Leitão que, com um rendimento de 19.332 euros, contribuiu com 37% para o mesmo total. O parque Conde Ferreira (8.337 euros) representou 16% daquele total e os parques Laranjeiro (111 euros) e Luísa Sigeia (1.704 euros), pela proximidade de outros parques, gratuitos, à superfície, contribuíram apenas com 0,21% e 3%, respetivamente, para o rendimento obtido, em 2022, com a venda de lugares rotativos.



Em 2022, venderam-se 8.057 avenças, isto é, mais 1.037 avenças do que em 2021. A preferência, à semelhança de em 2021, recaiu sobre as de 24 Horas que totalizaram 6.476, representando 80% do total vendido:



Em 2022, os gastos com os cinco parques de estacionamento subterrâneo totalizaram 498.608 euros, distribuídos da seguinte forma: *Fornecimentos e Serviços Externos:* 181.073 euros (36%), *Gastos com Pessoal:* 294.478 euros (59%), *Amortizações e Depreciações:* 21.655 euros (4%) e *outros gastos:* 1.401 euros (1%).

Tratando-se de uma área de atividade contida no Contrato programa 2022, no que se refere aos indicadores económico-financeiros, definidos no mesmo contrato, no número 5 da cláusula 4ª, que definiam como objetivo um aumento de 6% na receita proveniente da venda de lugares rotativos, os mesmos foram cumpridos de forma muito expressiva. De facto, em 2022, o rendimento global proveniente da venda de lugares rotativos (52.421 euros) foi superior ao obtido em 2021 (36.716 euros) em 43%.

Em 2022, o défice dos parques de estacionamento subterrâneo situou-se nos 141.193 euros cobertos, em 126.000 euros, pelo Subsídio à Exploração, previsto em sede de Contrato Programa 2022.



4. PARQUE DE ESTACIONAMENTO AFONSO HENRIQUES

À semelhança do sucedido com os parques subterrâneos, a procura por lugares de estacionamento, essencialmente, rotativo neste parque, situado no centro de Almada, na proximidade do comércio local, tem vindo a registar um crescimento, ao longo dos últimos anos, que se justifica pelos motivos atrás mencionados.

Em 2022, o rendimento do parque totalizou 47.799 euros. A venda de lugares rotativos (40.043 euros) representou 84% desse total e a venda de avenças (Diurnas), apenas, 16% do mesmo total.

No que diz respeito à natureza das avenças, de um total de 321 avenças vendidas, 309 foram Diurnas e as restantes 12, de 24 Horas.

Em 2022, os gastos com o parque de estacionamento Afonso Henriques totalizaram 77.047 euros, distribuídos da seguinte forma: *Fornecimentos e Serviços Externos*: 21.340 euros (28%), *Gastos com Pessoal*: 50.733 euros (66%), *Amortizações e Depreciações*: 4.366 euros (5%) e *outros gastos*: 609 euros (1%).

Tratando-se de uma área de atividade contida no Contrato programa 2022, no que se refere aos indicadores económico-financeiros, definidos no mesmo contrato, no número 5 da cláusula 4ª, que definiam como objetivo um aumento de 3% na receita proveniente da venda de lugares rotativos, os mesmos foram cumpridos. Em 2022, o rendimento global proveniente da venda de lugares rotativos (40.043 euros) foi superior ao obtido em 2021 (36.654 euros) em 9%.

Em 2022, o défice dos parques de estacionamento Afonso Henriques situou-se nos 28.576 euros cobertos, em 15.000 euros, pelo Subsídio à Exploração, previsto em sede de Contrato Programa 2022.

5. PARQUES COSTA DE CAPARICA

Os dois parques de estacionamento, à superfície, localizados na zona urbana da Costa de Caparica, junto ao paredão, na proximidade de bares e restaurantes registaram, ao longo do ano e à semelhança de em anos anteriores, uma procura mais ou menos expressiva em função das condições climatéricas que se foram fazendo sentir. Também, à semelhança de em anos anteriores, o pico da procura aconteceu no verão, entre os meses de junho e setembro.

A necessidade de se melhorarem as condições de fornecimento de energia elétrica nos parques, no primeiro trimestre do ano, conduzindo a que se solicitasse à E-Redes a execução de um novo ramal de eletricidade para substituição do existente (desatualizado em relação à capacidade que o parque exige), trazendo uma melhoria nas condições de segurança e do serviço do parque, impediu a cobrança do estacionamento durante o período de execução da obra.

Por outro lado, e à semelhança de em anos anteriores, foram disponibilizados 189 lugares de estacionamento para a realização do I Encontro de Carros Alemães da Costa de Caparica, em maio, e outros 50, para a realização do II Encontro de Carros Alemães da Costa de Caparica, em novembro. Também, no regresso do Festival "O Sol da Caparica", a WeMob disponibilizou, um dos parques da Costa de Caparica, para a organização do festival, durante cerca de uma semana.

Ainda assim, as condições climatéricas favoráveis verificadas, sobretudo, nos meses de maior procura tiveram um impacto positivo no rendimento obtido nestes parques de estacionamento.

Em 2022, o rendimento obtido foi de 125.517 euros, superior ao previsto em 26.017 euros.

À semelhança de em 2021, durante os meses de verão, a WeMob garantiu o atendimento presencial no parque, através de um posto de atendimento, promovendo a proximidade com o utente.

6. PARQUES PRAIAS

Em 2022, a impossibilidade de se concluírem as obras nos acessos às praias e no interior dos parques de estacionamento (adiadas para 2023), inviabilizou as receitas perspetivadas (139.200 euros) com a exploração dos parques das praias da Morena e da Sereia.

No que se refere aos parques de estacionamento das praias do Rei e da Rainha, as condições climatéricas que se fizeram sentir, sobretudo, nos meses de verão, os investimentos efetuados, nos últimos anos, no que diz respeito à requalificação nos acessos e ao ordenamento dos lugares de estacionamento, nestes parques,



a introdução de novos modalidades de pagamento como a Via Verde e o Multibanco, a renovação dos abrigos das caixas de pagamento, o reforço do número de caixas de pagamento no parque da praia da Rainha, diminuindo de forma significativa as filas e o tempo de espera para pagamento do estacionamento, a par da manutenção de um tarifário acessível, nestes parques, são fatores que têm contribuído, também, para um aumento da procura nestes parques.

Situados na zona não urbana da Costa de Caparica, estes dois parques funcionam durante todo o ano com um tarifário reduzido (0,50 euros/dia), nos meses fora da época balnear.

O rendimento obtido totalizou 179.467 euros superior ao previsto em 16.467 euros. No parque da praia do Rei, o rendimento fixou-se nos 60.849 euros, revelando um desvio positivo de 7.849 euros, face ao que havia sido previsto; no parque da praia da Rainha, a procura traduziu-se num rendimento de 118.619 euros, também, superior ao previsto em 8.619 euros.

7. APOIOS DE PRAIA

A receita gerada por vias destes equipamentos, em 2022, situou-se nos 354.654 euros, dos quais 207.839 euros provieram Apoios de Praia Urbanos, e os restantes 113.764 euros resultaram dos Apoios de Praia Não Urbanos. O trabalho levado a cabo pelo Departamento de Mobilidade e Litoral, no acompanhamento aos Apoios de Praia contribuiu para o cumprimento integral das obrigações, por parte dos concessionários.

No que diz respeito às taxas relativas ao licenciamento das Zonas de Apoio Balnear (ZAB's), o rendimento obtido foi de 33.051 euros.

8. AÇÃO FISCALIZADORA DA WeMob

Em 2022, a receita proveniente das atividades direta, ou indiretamente, relacionadas com a atuação da fiscalização foi impactada, nos dois primeiros meses do ano, pela adoção das, já referidas, medidas mitigadoras do efeito pandemia, durante esse período, pelo facto de as mesmas limitarem estas ações, apenas, a situações impeditivas da mobilidade.

A Administração da WeMob, à semelhança de em anos anteriores, tem vindo a manifestar preocupação com a limitação de lugares de estacionamento à superfície encontrando-se, em articulação com o Município, a estudar soluções que permitam um aumento da oferta de estacionamento e um estacionamento mais ordenado, regulado e adaptado à nova realidade da cidade de Almada. A criação de novos parques de estacionamento e a implementação do novo Regulamento de Estacionamento são disso um exemplo.

A WeMob tem tido, ao longo dos anos, um papel fundamental no ordenamento do estacionamento. Recorde-se o caos em Almada, aquando da pandemia, a partir do momento em que, por decisão camarária, em articulação com a WeMob, se suspendeu a fiscalização do estacionamento na cidade.

As situações de estacionamento abusivo, algumas das quais graves e impeditivas da mobilidade das pessoas, em geral, e em particular, de pessoas com mobilidade reduzida, continuam a verificar-se dando lugar à atuação da WeMob.

8.1. TAXAS E INFRAÇÕES

Em 2022, a WeMob manteve, no terreno, duas equipas de bloqueios atuando em situações de infração, nomeadamente, estacionamento em cima do passeio, em lugares de deficientes, e em lugares reservados, nomeadamente, a utentes portadores do dístico de residente.

O rendimento que resultou da aplicação de taxas a viaturas em infração ao Código da Estrada (**Taxas-Infrações**) totalizou 196.095 euros, montante este inferior em 32.875 euros ao que havia sido perspetivado. O rendimento das taxas de desbloqueios foi inferior ao previsto em 2.451 euros. Os rendimentos que resultaram da aplicação de taxas de remoção e de diária foram, também, inferiores ao perspetivado em, respetivamente, 24.743 euros e 5.681 euros.

De reforçar que a atuação da WeMob limita as remoções diretas, sobretudo, a situações impeditivas da mobilidade. Assim, na maioria dos casos em que um veículo se encontra em infração ao Código da Estrada, o mesmo é, numa primeira fase, bloqueado e só no caso de não ser desbloqueado no local, será removido para o parque de rebocados da WeMob.



No que se refere às remoções, cerca de 70% destas ações resultaram de ações de bloqueio e 30% provieram de remoções diretas. O maior ou menor rendimento que se obtém por via da aplicação das taxas de remoção está, sobretudo, relacionado com o número de viaturas bloqueadas que, não sendo desbloqueadas no local, são transferidas para o parque de rebocados e posteriormente reclamadas pelos seus proprietários. Em 2022, 85% das viaturas bloqueadas foram desbloqueadas no local e apenas 15% foram removidas para o parque.

Sempre que um veículo, com sinais de abandono, é retirado da via pública (após o cumprimento dos prazos legais para o efeito) e reclamado pelo proprietário, são aplicadas as taxas de remoção e de diária fixadas *na Portaria 1424/2001 – Condições e taxas devidas pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos, e na Portaria 1334-F/2010 – Alterações introduzidas à Portaria 1424/2001 em 31 de dezembro de 2010.*

Nestes casos, o rendimento obtido (13.867 euros) foi inferior ao previsto em 11.333 euros: taxas de Remoção (-6.098 euros) e taxas de Diária (-5.235 euros). Em 2022, apenas, 10% dos veículos removidos da via pública, foram reclamados pelos proprietários, ou seja, a maior parte das viaturas removidas seguiram para abate não havendo lugar ao pagamento destas taxas.

Importa referir que o processo de retirada de veículos desta natureza da via pública é executado por etapas e obedece a prazos legais. Assim, em 2022, foram detetados (fase da deteção) 1.290 veículos com sinais de abandono. Decorridos 30 dias (prazo legal) as equipas voltaram aos locais e confirmaram (fase da confirmação) 701 veículos. Em 2022, foram removidos da via pública 454 veículos, com sinais de abandono, traduzindo-se esta ação na libertação de lugares de estacionamento à superfície e numa melhoria ao nível, também, do ambiente. Como atrás foi referido, a limitação do espaço para depósito destes veículos conduzindo a que os mesmos se encontrem, permanentemente, lotados tem condicionado a remoção de um maior número de veículos da via pública, encontrando-se a empresa a estudar soluções capazes de responder às necessidades reais desta atividade.

8.2 COIMAS

O rendimento global, acumulado, proveniente da cobrança de autos de contraordenação situou-se nos 831.191 euros, traduzindo um desvio positivo de 312.191 euros, face ao previsto.

O desvio verificado, resultou não tanto de um aumento do número de autos emitidos, mas da estabilização de procedimentos no que se refere ao software de contraordenações e da evolução dos procedimentos relativos ao tratamento dos processos de decisão, permitindo uma maior celeridade na conclusão dos processos e assim no recebimento das coimas, das custas e dos agravamentos dos autos. Por outro lado, esta maior celeridade na conclusão dos processos tem impacto no comportamento do infrator aquando da decisão de pagar o auto. Ou seja, a perceção, por parte dos infratores, de que o não pagamento da coima, no tempo estipulado para o efeito, tem como consequência o agravamento do valor a pagar, traduz-se no pagamento, dentro do prazo, do auto de contraordenação.

8.2.1 Cobrança Direta WeMob

Em 2022, o rendimento proveniente da cobrança dos autos cobrados pela WeMob e que incluem os montantes de coimas provenientes dos processos de decisão, totalizou 652.562 euros revelando-se superior ao perspetivado em 220.562 euros.

O rendimento, acima do previsto, justifica-se, por um lado, pela ausência de um histórico consistente, no que se refere aos processos de decisão, aquando da construção do Orçamento para 2022 e por outro lado pela evolução positiva, ao longo do ano, desses mesmos processos com impacto na taxa de cobrança dos autos de contraordenação, e assim, na receita obtida.

Mantendo-se o princípio contabilístico, adotado desde 2019, estima-se em 10.651 euros o rendimento a provir de autos de contraordenação, que tendo sido notificados em 2022, só serão pagos em 2023 (acréscimo de coimas). Em 2022, a taxa de cobrança de autos notificados em 2021 e pagos em 2022 situou-se nos 4%. Apesar de uma maior celeridade na conclusão dos processos de decisão, com impacto no pagamento dos autos, a situação de crise em que o país de encontra impõe prudência no apuramento desta previsão pelo que se entendeu considerar uma taxa de cobrança de 2% sobre o montante de autos de contraordenação não pagos a 31 de dezembro de 2022.



8.2.2 Cobrança ANSR

No que respeita aos autos de contraordenação (graves) da competência de decisão da ANSR, a demora na resolução da interligação do software de contraordenações com a ANSR, resultou na impossibilidade de comunicar àquela entidade os autos da sua competência e logo, nas transferências relativas a esses autos. Importa referir que, à data da elaboração do documento, a comunicação já é possível, embora o problema não esteja resolvido na sua totalidade, uma vez que ainda persistem alguns erros de parametrização. Assim, no período em análise, o rendimento relativo a transferências efetuadas pela ANSR para a WeMob situou-se nos 297 euros.

8.2.3 Decisão dos Autos de Contraordenação – agravamentos e custas

O rendimento proveniente do agravamento do valor da coima, sempre que o auto de contraordenação não é pago, dentro do prazo estabelecido, legalmente, para o efeito, e das custas associadas ao processo de decisão situou-se nos 128.084 euros, superior ao previsto em 60.484 euros.

O ponto de situação relativo aos autos de contraordenação que, por não terem sido pagos, passaram para a fase de Decisão é o seguinte a data de 31 de dezembro de 2022:

- :: **por instruir**:13.348 processos dos quais 89 (1%) relativos a infrações ocorridas em 2019, 357 (3%) em 2020, 4.033 (30%) em 2021 e, a maior parte, 8.869 (66%) em 2022;
- :: **instruídos:** 3.162 processos dos quais 525 (17%) referentes a infrações ocorridas em 2019; 271 (9%), em 2020, 2.176 (68%) em 2021 e 190 (6%) em 2022;
- :: para **execução judicial:** 13.864 processos dos quais 8.306 (60%) referentes a infrações ocorridas em 2019, 3.394 (24%) em 2020, 1.671 (12%) em 2021 e 493 (4%) em 2022;
- :: em **execução judicial:** 351 processos dos quais 344 (98%) referentes a infrações ocorridas em 2019 e 7 (2%) em 2020.

De referir, ainda, que cerca de 4.481 processos de decisão foram arquivados por terem sido pagos.

Desde 2021, ano em que foram expedidas as primeiras decisões, foram expedidos 21.993 processos de decisão a maior parte dos quais (11.306) relativas a infrações ocorridas em 2019, representando 51% do total. De 2020, foram expedidos 4.954 processos de decisão, representando 23% do mesmo total, de 2021 expediram-se 4.810 processos de decisão (22%) e de 2022, 923 processos de decisão (4%).

Do total de processos expedidos (21.993) foram pagos 3.029 traduzindo uma taxa de cobrança de cerca de 14%.

8.2.4 Autos Externos (PSP e GNR)

A receita decorrente da emissão de autos de contraordenação, por parte da PSP e GNR, e que reverte, em parte para a WeMob, fixou-se nos 50.248 euros revelando-se superior ao previsto em 32.848 euros.

Por entidade, 31.480 euros provieram da emissão de autos pela PSP (+28.480 euros) e 18.768 euros, da GNR (+4.368 euros). Os desvios verificados justificam-se pelo facto de, à data de elaboração do Orçamento 2022, não existir um histórico consistente relativo a esta natureza de rendimentos.

Importa, ainda, referir que, do montante total dos autos emitidos por estas entidades, apenas, 70% se traduzem em rendimento para a WeMob já que os restantes 30% são distribuídos por aquelas entidades.

8.3. PARQUÍMETROS (c/ título)

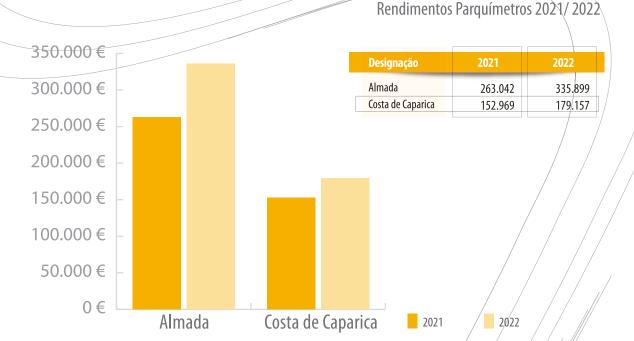
À semelhança de noutras áreas relacionadas com a atividade da fiscalização, também no estacionamento tarifado à superfície, a receita foi impactada pela adoção de medidas mitigadoras do efeito pandemia, nos dois primeiros meses do ano (isenção do pagamento de tarifas de estacionamento, em zonas tarifadas com parquímetros, atribuída aos titulares de dístico de residente).

Assim, em Almada o rendimento situou-se nos 335.899 euros, inferior ao previsto em 30.287 euros. Na Costa de Caparica, de junho a setembro, o reforço da equipa de Agentes de Estacionamento, o recurso a equipa-



mentos alugados e por isso, com menos avarias e menos sujeitos a atos de vandalismo, e as condições climatéricas favoráveis, foram fatores que contribuíram para um rendimento de 179.157 euros, superior ao perspetivado em 19.467 euros.

Em 2022, tal como havia sucedido em 2021, o recurso ao aluguer de parquímetros conduziu a uma melhoria significativa do serviço prestado.



8.4. PARQUÍMETROS (s/ título)

Apesar das medidas adotadas (pandemia), o reforço da equipa de Agentes de Estacionamento permitindo a abrangência de um maior número de zonas a fiscalizar, possibilitou um rendimento, em Almada de 40.286 euros, acima do previsto em 15.486 euros. Na Costa de Caparica (72.892 euros) o desvio foi, também, positivo em 34.792 euros, face ao projetado.

RECURSOS HUMANOS

A pandemia tornou os anos de 2020 e 2021 desafiantes para os trabalhadores, mas, muito exigentes para as entidades empregadoras que tiveram de equacionar novos métodos de organização do trabalho, como o Teletrabalho, na sua versão pura ou hibrida, solução, até então, muito pouco utilizada e considerada subsidiária do trabalho presencial.

Foi esse sem dúvida o grande desafio em matéria de Recursos Humanos, a organização do trabalho, porque em primeiro lugar estava o compromisso de garantir a segurança dos trabalhadores, desafio esse que não podia comprometer a sustentabilidade económica da empresa necessária para o equilíbrio financeiro dos trabalhadores.

O ano de 2022, apesar da crise económica e energética que a guerra na Ucrânia trouxe, foi um ano recomeço para a WeMob; recuperou-se a época balnear sem restrições, promoveu-se o regresso ao trabalho presencial em segurança.

Os Recursos Humanos não deixaram de garantir a conciliação entre a vida pessoal e a vida familiar, a igualdade de oportunidades, a paridade entre géneros e a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Pode considerar-se que a WeMob cumpriu os objetivos e respondeu de forma positiva ao desafio de retomar a normalidade.



QUADRO DE PESSOAL

A WeMob termina o ano de 2022 com o quadro de pessoal composto por 115 trabalhadores.

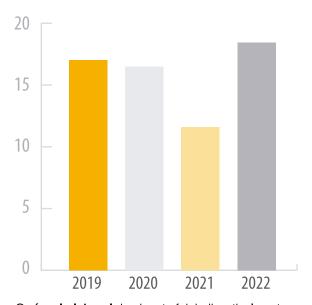
Destes, 88 trabalhadores são do quadro de pessoal permanente, 23 têm contrato a termo certo e 1 tem contrato a termo incerto, existem 2 comissões de serviço e 1 nomeação.

A WeMob celebrou 8 Acordos de Cedência de Interesse Público, encontrando-se, neste momento, os trabalhadores afetos à Câmara Municipal de Almada e do Seixal.

A WeMob tem privilegiado a contratação sem termo, no entanto, as exigências com a fiscalização, atendimento e gestão de estacionamento, nos diversos Parques, durante a época balnear – entre maio e setembro - obrigou a um reforço dessas equipas, aumentando, nessa época, a contratação a termo certo.

Nesses meses o número de trabalhadores com esse vínculo laboral – termo certo - atingiu uma média de 25 trabalhadores.

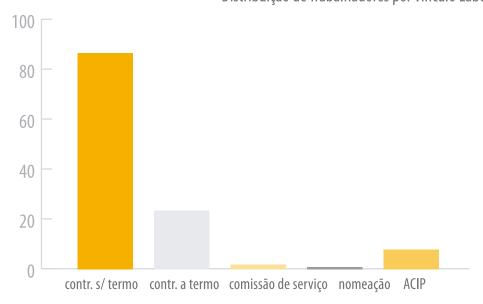
Média de Trabalhadores com Contrato a Termo Certo



O vínculo laboral dominante foi, indiscutivelmente, o contrato de trabalho sem termo garantindo segurança e estabilidade laboral.

DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR VÍNCULO LABORAL

Distribuição de Trabalhadores por Vínculo Laboral :: 2022





FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação profissional no ano de 2022 uma aposta da WeMob, tendo abrangido todas as áreas da empresa.

Nos Motoristas - Cartas de Reboque, Operadores de Empilhadores e CAM - nos Agentes de Estacionamento - Certificação para Fiscais - na Contratação Pública, nas Contraordenações, Recursos Humanos e Contabilidade.

Se, em 2021 as horas de formação foram fortemente afetadas pela situação de confinamento decorrente da pandemia, em 2022 a empresa tentou recuperar, garantindo aos trabalhadores a formação necessária para o desenvolvimento das atividades.

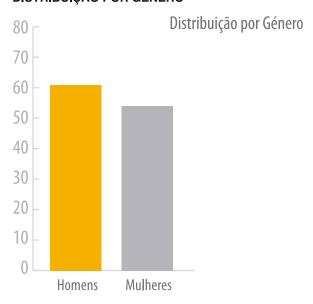


CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DOS TRABALHADORES

Como já referido, a WeMob tem, no universo dos seus trabalhadores, 61 homens e 54 mulheres.

Nas tarefas operacionais predomina o género masculino - Parques, Flexibus, Fiscalização, Veículos em Fim de Vida, Frota e Parquímetros - sendo o género feminino mais visível nas áreas não operacionais - Apoio Administrativo, Atendimento, Jurídicos e Contraordenações, Recursos Humanos e Contabilidade.

DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO





A leitura do gráfico permite perceber que, apesar de existir um ligeiro aumento do número de homens face ao ano de 2021 (cerca de 3), continua a existir um equilíbrio de género na empresa.

Das 54 mulheres, 10 desempenham funções não operacionais e 17 estão inseridas nas áreas operacionais.

Dos 61 homens, 51 desempenham funções operacionais e 10 estão inseridos em áreas não operacionais.

Equilíbrio que se verifica, também, nas funções de Direção (2 homens e 2 mulheres) na Coordenação (5 homens e 3 mulheres).

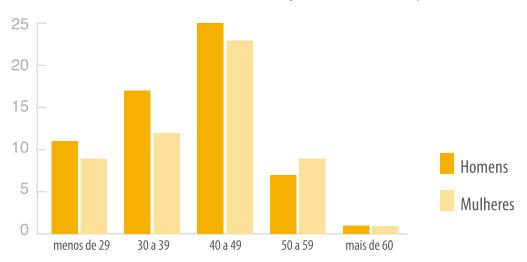
A Presidência do Conselho de Administração é exercida por uma Mulher.

ESTRUTURA ETÁRIA

Quanto à idade, os trabalhadores da WeMob têm entre os 21 e os 62 anos.

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GÉNERO E IDADE

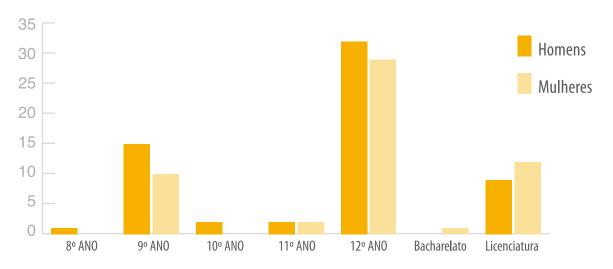




HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Quanto às Habilitações Académicas dos trabalhadores no universo de 115 trabalhadores podemos verificar o seguinte:

Distribuição dos Trabalhadores por Género e Habilitações Académicas





Se analisarmos esta distribuíção entre homens e mulheres demonstra uma maioria de homens com o 9° ano e de mulheres com o ensino superior.

Em termos globais, predominam os trabalhadores com indíce de escolaridade no 12º ano.

Uma das preocupações da WeMob é garantir a conciliação entre a vida pessoal e familiar, no ano de 2022 existem 20 trabalhadores (17,39%) em regime de horário especial (part time, flexibilidades, amamentação e regimes hibridos de teletrabalho).

As necessidades de funcionamento da empresa, nomeadamente na fiscalização, parques e atendimento, obrigam à organização do trabalho em regime de turnos, em 2022 existem 59 trabalhadores (51,30%).

Existiram 7 Acidentes de Trabalho (16,42 %).

A taxa de absentismo em 2022 foi de 12,88%.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

1.INVESTIMENTO

Em 2022, os dois primeiros meses do ano marcados, ainda, pela necessidade de se adotarem medidas face à situação pandémica, a par da incerteza em relação à conclusão das obras das praias (Morena e Sereia) exigiram uma ponderação no que diz respeito à execução dos investimentos previstos em sede de Plano de Atividades e Orçamento.

A Administração da empresa, focada no equilíbrio económico financeiro da WeMob, optou por adiar parte do investimento constante do Plano de Atividades e Orçamento 2022, optando por outros gastos, de menor monta, mas, de igual forma, fundamentais para um melhor funcionamento da empresa e, sobretudo, para uma melhoria na qualidade dos serviços prestados.

O quadro abaixo é demonstrativo da distribuição do investimento concretizado, em 2022, pelas diferentes rubricas:

INVESTIMENTO	Acumulado	Orç. Anual	Taxa de Exec
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	52 539	322 733	16%
1. Edifícios e Outras Contruções	0	22 000	0%
2. Equipamento Básico	28 334	83 532	34%
3. Equipamento de Transporte	1 951	179 201	1%
4. Equipamento Administrativo	8 612	0	-
5. Outros Activos Fixos Tangíveis	7 035	28 000	25%
6. Activos Fixos Tangíveis em Curso	6 607	0	-
ATIVOS INTANGÍVEIS	0	10 000	0%
ATIVOS INTANGÍVEIS	0	10 000	0%

Os investimentos efetuados totalizaram 52.539 euros. O investimento: em Equipamento Básico (28.334 euros) representou 54% desse total; em Equipamento de Transporte (1.951 euros), 4%; em Equipamento Administrativo (8.612 euros), 16%; em Outros Ativos Fixos Tangíveis (7.035 euros), 13% e em Ativos Fixos Tangíveis em Curso (6.607 euros), 13%.

Detalhando, o investimento em **Equipamento Básico**, inclui bloqueadores para a fiscalização (4.410 euros), o equipamento para o Parque da Paz (6.974 euros), a aquisição e instalação do serviço multibanco nos parques da Costa de Caparica, Afonso Henriques, Luísa Sigeia, (14.430 euros) e a substituição das impressoras das caixas de pagamento automático dos parques de estacionamento em virtude da implementação dos códigos QR e ATCUD (2.520 euros). Do **Equipamento de Transporte** fazem parte duas bicicletas elétricas (1.951 euros) adquiridas como meio de transporte a ser utilizado, essencialmente, pelos Operadores de Parques (distância entre parques). Em **Equipamento Administrativo**, do mobiliário de escritório fazem parte estantes para arquivo e cadeiras (2.680 euros) e do material informático fazem parte impressoras térmicas para a fiscalização (1.982 euros) e um scanner de diagnóstico (3.950 euros) com vista a uma maior eficácia



da avaliação mecânica por parte do Departamento da Frota. O investimento em **Outros Ativos Fixos Tangíveis** (resguardos para parquímetros) no valor de 7.035 euros diz respeito à solução encontrada para que as bases dos parquímetros, retirados da Costa de Caparica após a época balnear, ficassem visíveis evitando eventuais acidentes por insuficiente visibilidade. Em **Ativos Fixos Tangíveis em Curso** está considerada uma fatura relativa a obras efetuadas nas praias.

2.RENDIMENTOS

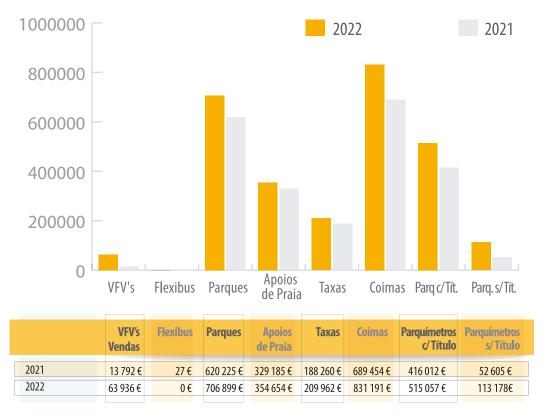
Em 2022, do ponto de vista dos rendimentos, é notória a recuperação da WeMob, sobretudo, face aos dois últimos anos, marcados por uma situação pandémica que obrigou a empresa a suspender a sua principal área de atividade, a fiscalização do estacionamento.

A par da evolução favorável da pandemia, a partir do início de 2022, também o crescente grau de estabilidade na empresa, reflexo de todo o trabalho efetuado, internamente, ao nível do melhoramento de alguns procedimentos, de uma maior automatização da informação de gestão e da promoção do trabalho em equipa, permitiram no ano em análise a recuperação da empresa, do ponto de vista dos rendimentos obtidos.

Assim, em 2022, o Volume de Negócios da WeMob totalizou 2.794.877 euros revelando um acréscimo de 21% (+485.317 euros), face ao registado em 2021 (2.309.559 euros).

O gráfico abaixo é demonstrativo da evolução dos rendimentos operacionais, entre 2021 e 2022:

Evolução dos Rendimentos Operacionais



 $(^\star)$ a partir de outubro de 2021, o serviço Flexibus passou a ser gratuito, nas duas rotas

No que se refere às **Vendas**, o retomar, em pleno, da atividade dos Veículos em Fim de Vida e a afetação, a tempo inteiro, de uma equipa dedicada, conduziram a um acréscimo de rendimento de 364% (+50.144 euros) por comparação ao registado em 2021.

No que respeita às **Prestações de Serviços** o rendimento, em 2022, situando-se nos 2.730.941 euros, traduziu um acréscimo de 19% (+435.173 euros) por comparação a 2021.



Nos Parques, apesar, de não ter sido possível a execução da receita prevista para os parques de estacionamento das praias da Morena e da Sereia (139.200 euros), pela necessidade do Município adiar a conclusão das obras para 2023, o rendimento obtido nos restantes parques de estacionamento revelou um acréscimo de 14% (86.673 euros), face, ao verificado em 2021: parques subterrâneos (+47.479 euros); parque Afonso Henriques (+3.164 euros); Costa de Caparica (+20.465 euros) e nas praias do Rei e da Rainha (+14.726 euros); parque da Paz (+839 euros). No que se refere aos Apoios de Praia, o rendimento evidenciou um acréscimo de 8% (+25.469 euros). Na Fiscalização, o adotar de medidas mitigadoras do efeito pandemia por um período curto, em 2022, por comparação ao verificado em 2021 justifica, em parte, o acréscimo de rendimentos de 24% (+323.057 euros). Para este acréscimo de rendimento terá contribuído, também, a estabilização de procedimentos no que se refere ao software de contraordenações e da evolução dos procedimentos relativos ao tratamento dos processos de decisão, permitindo uma maior celeridade na conclusão dos processos e assim no recebimento das coimas, das custas e dos agravamentos dos autos e reforço das equipas afetas às atividades relacionadas com a fiscalização do estacionamento. Em detalhe, o rendimento que proveio da aplicação de Taxas (bloqueios, remoções e diárias) contribuiu para o referido acréscimo com 24% (+21.702), o que resultou das Coimas, 44% (+141.737 euros), o que derivou das tarifas de estacionamento à superfície - Parquímetros, com título, 31% (+99.046 euros) e o proveniente da aplicação de taxas - Parquímetros, sem título, 19% (+60.573 euros).

O montante de **Subsídio à Exploração** atribuído por via do Contrato Programa celebrado entre a WeMob e o Município manteve-se, em 2022, nos 499.000 euros atribuídos às mesmas áreas de atividade, em 2021.

Os montantes atribuídos a cada uma das áreas de atividade cobriram, em parte, os défices de exploração registados, tal como havia sido previsto em sede de Contrato Programa para 2022: na Gestão do Serviço de Mobilidade Inclusiva Flexibus (Almada e Pêra), o défice foi de 78.500 euros; na Gestão dos 5 Parques de Estacionamento Subterrâneo o défice situou-se nos 141.193 euros; na Gestão do Parque de Estacionamento à superfície Afonso Henriques, o défice foi de 28.576 euros e na Remoção de Veículos Abandonados, o défice fixou-se nos 155.635 euros. No que se refere aos gastos com a Gestão da Fiscalização dos Lugares de Residentes totalizaram 417.169 euros, representando cerca de 30% dos gastos totais tidos com a atividade da fiscalização.

Em 2022, os rendimentos globais da WeMob totalizaram 3.311.086 euros traduzindo um acréscimo de 17% (+490.754 euros), face a 2021:

Evolução dos	202	1	2022	2	Variação %
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	Realizado	Peso %	Realizado	Peso %	2022-2021
VFV'S (vendas)	13 792	0,49%	63 936	2%	364%
Flexibus	27	0,001%	0	0%	-100%
Parques de Estacionamento	620 225	22%	706 899	21%	14%
Apoios de Praia	329 185	12%	354 654	11%	8%
Taxas e Infrações	188 260	7%	209 962	6%	12%
Coimas	689 454	24%	831 191	25%	21%
Parquímetros c/ título	416 012	15%	515 057	16%	24%
Parquímetros s/ título	52 605	2%	113 178	3%	115%
Outros Rendimentos e Ganhos	11 771	0%	14 870	0,45%	26%
Subsídios à Exploração (CP)	499 000	18%	499 000	15%	0%
Outros Subsídios	0	0%	2 184	0,07%	-
Total Rendimentos Operacionais	2 820 330	100%	3 310 933	100%	17%

^(*) a partir de outubro de 2021, o serviço Flexibus passou a ser gratuito, nas duas rotas

3.GASTOS

Em 2022, a evolução favorável da pandemia e assim, o regresso à normalidade nas atividades relacionadas com a fiscalização, a decisão em se adiarem os investimentos previstos em sede de Plano de Atividades e Orçamento 2022 optando pela contração de gastos, de menor monta, mas importantes para melhorar o funcionamento, sobretudo, dos parques de estacionamento, a continuação do processo de automatização da empresa e a melhoria, também, nas condições de trabalho, nomeadamente, na fiscalização e na área dos



Veículos em Fim de Vida, são fatores que conduziram a gastos acima do que havia sido previsto mas sem comprometerem o equilíbrio económico-financeira da empresa.

Os gastos totalizaram 3.284.403 euros, superiores em 311.435 euros (+10%) aos registados em 2021.

Fazendo uma análise comparativa, com 2021, por rúbricas, os *Fornecimentos e Serviços Externos* evidenciaram um acréscimo de 26% (+205.415 euros), os *Gastos com Pessoal* um acréscimo de 5% (+98.518 euros), e os outros gastos, um acréscimo de 5% (+7.502 euros).

Em detalhe, no que se refere aos Fornecimentos e Servicos Externos e comparativamente com 2021:

:: o acréscimo de gastos em Serviços Especializados (+109.268 euros) resultou, sobretudo, de gastos superiores nas subrubricas de Trabalhos Especializados (+38.189 euros) em resultado da contratação de estudos e pareceres técnicos relativos à implementação do novo Regulamento de Estacionamento (+12.800 euros) e de serviços jurídicos de apoio a processos judiciais (+23.310 euros), de Conservação e Reparação (+51.200 euros) justificados por intervenções nos parques de estacionamento, essenciais para a melhoria do serviço prestado e para a segurança dos trabalhadores e dos utilizadores destes equipamentos, nomeadamente: pintura, limpeza e marcação do pavimento, no parque de estacionamento Capitão Leitão e no parque da Cova da Piedade afeto à atividade dos Veículos em Fim de Vida, totalizando 28.860 euros; intervenções nos elevadores, nos sistemas de interfonia e nos geradores dos parques de estacionamento, totalizando 10.856 euros; reparações na frota automóvel e em concreto nos reboques afetos à fiscalização e no miniautocarro afeto ao Flexibus perfazendo 5.579 euros; reparações em parquímetros num total de 3.880 euros e movimentação e instalação do portão da antiga sede da empresa (4.200 euros) e de Outros (+38.256 euros) em resultado de um maior número de autos de contraordenação espedidos e pagos e de um maior número de processos de decisão concluídos, com impacto no montante a distribuir pelas diferentes entidades (+11.972 euros) no que diz respeito aos autos de contraordenações graves (Autoridade Tributária, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária) e aos autos de contraordenação emitidos pela GNR e PSP; às transferências relativas aos Fundos Ambientais e Azuis (+12.879 euros); aos valores a transferir para a Autoridade Marítima Nacional (+2.694 euros) relativos às taxas de Zonas de Apoio Balnear; às transferências para a Costa Polis (+5.459 euros), no âmbito do Acordo celebrado entre a WeMob e aquela entidade e a despesas bancárias e fechos de TPA's (+5.940 euros) justificados pela adesão da WeMob à Unicre permitindo pagamentos através de cartão de crédito e possibilitando o recebimento de pagamentos de estrangeiros, por terminal automático e, ainda, por um aumento das comissões relativas a depósitos bancários, contratação (por imposição legal) de mais uma entidade junto da SIBS e aumento das comissões bancárias;

:: o acréscimo de gastos em <u>Materiais</u> (+19.338 euros) justifica-se, sobretudo, por gastos superiores na sub-rubrica <u>Material de Escritório</u> e em concreto com a aquisição de consumíveis (+7.370 euros), em consequência de um número superior de autos de contraordenação e de decisões expedidas, de equipamento informático (7.488 euros), de material de economato (+2.340 euros) e de mobiliário de escritório (+3.048 euros);

:: o acréscimo de gastos em *Energia e Fluídos* (+36.840 euros), justifica-se pelo aumento generalizado dos preços da *Eletricidade* (+28.183 euros) e dos *Combustíveis* (+7.909 euros);

:: o acréscimo de gastos em <u>Serviços Diversos</u> (+38.488 euros) resulta de gastos superiores nas subrubricas: Rendas e Alugueres (+18.525 euros) pelos gastos tidos com o arrendamento das instalações da Romeira superior em 2022 (+16.800 euros) pelo facto de o contrato, em 2021, ter sido celebrado no final do ano e pelo impacto do aumento da renda das instalações de Cacilhas, em 2022 (+3.000 euros), em *Contencioso e Notariado* (+5.757 euros) pelo impacto de um número superior de consultas à Instituto de Registos e Notariado e em *Limpeza, Higiene e Conforto* (+19.363 euros) em resultado da contratação de serviços de limpeza especializada efetuada por empresas especializadas em alguns dos parques de estacionamento (Afonso Henriques, Bento Gonçalves, Capitão Leitão e Luísa Sigeia) e pela contratação de serviços de desbaratização para os parques de estacionamento subterrâneos e para o parque Afonso Henriques, totalizando 16.334 euros. De sinal contrário, o gasto a menos em Seguros (-6.430 euros) justifica-se pela redução nos gastos desta natureza obtida por via do procedimento de contratação pública com vista à revisão de valores dos seguros existentes.

No que se refere aos Gastos com Pessoal e comparativamente com 2021:

:: o acréscimo em *Pessoal* - *Remunerações* (+48.058 euros) e *Encargos Sociais* (+20.241 euros), o gasto superior ao previsto justifica-se, essencialmente, pelo aumento do salário mínimo, com um



impacto nos gastos com remunerações de, cerca de, 6.950 euros, pelo reforço da equipa da fiscalização (Agentes de Estacionamento), num total de 14 e que ocorreu, numa primeira fase, em fevereiro e numa segunda fase, nos meses de outubro e de novembro totalizando cerca de 45.120 euros, em remunerações e, de sinal contrário, por situações de baixa, algumas das quais por períodos prolongados;

:: o acréscimo em *Qutros Gastos com Pessoal* (+20.002 euros) resultou, sobretudo, da aquisição de *Fardamento* (+6.651 euros) para os Agentes de Estacionamento contratados e de uma aposta forte na *Formação* (+12.303 euros) dos trabalhadores: Contratação Pública, Contraordenações, Fiscalização (com vista à credenciação de trabalhadores como Agentes de Fiscalização. Por outro lado, a necessidade de se habilitarem mais trabalhadores à condução de reboques e dos miniautocarros afetos ao *Flexibus* traduziu-se num gasto tido com a obtenção das cartas de condução B+E e do Certificado de Aptidão de Motorista (CAM).

O adiamento, em 2021, e em 2022, dos investimentos previstos conduziu a valores com *Amortizações e Depreciações* idênticos nos referidos anos.

Em *Outros Gastos e Perdas* o gasto superior (+12.950 euros) em 2022, por comparação ao ano de 2021, resultou, sobretudo, de processos judiciais, totalizando 17.954 euros.

Evolução da estrutura de	2021		202	Variação %	
GASTOS	Realizado	Peso %	Realizado	Peso %	2022-2021
Fornecimentos e Serviços Externos	777 461	26%	982 877	30%	26%
Gastos c/ Pessoal	2 028 837	68%	2 127 357	65%	5%
Gastos de Amortização e Depreciação	143 457	5%	144 538	4%	1%
Outros Gastos e Perdas	13 613	0,46%	26 563	1%	95%
Gastos e Perdas de Financiamento	9 597	0,32%	3 068	0,09%	-68%
Total Gastos	2 972 964	100%	3 284 402	100%	10%

No que se refere ao nº.1 do artigo 62º da Lei 50 de 31 de agosto de 2012:

- :: As vendas e prestações de serviços, no valor de 2.794.877 euros, cobriram em cerca de 85% os gastos totais, que se situaram nos 3.284.403 euros;
- :: O peso contributivo dos subsídios à exploração, no valor total de 499.000 euros, nos rendimentos totais situou-se nos 15%, aproximadamente;
- :: O valor do EBITDA foi positivo em 174.136 euros;
- :: O resultado líquido (antes de impostos) foi, positivo, em 26.530 euros.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em 2022, apesar do impacto, nos primeiros dois meses do ano, das medidas adotadas no âmbito da situação pandémica e da não conclusão das obras nos parques de estacionamento das praias da Morena e da Sereia, como previsto em sede de Plano de Atividades e Orçamento, com impacto na receita em 139.200 euros, a execução orçamental, no que se refere aos rendimentos foi, no global, para além do previsto pelos motivos explanados ao longo do documento.

O Volume de Negócios, situando-se nos 2.794.877 euros traduziu um desvio orçamental positivo de 278.293 euros e uma taxa de execução orçamental de 111%.

Nas vendas de Veículos em Fim de Vida, o rendimento de 63.936 euros refletiu um desvio orçamental negativo de 6.064 euros e colocou a taxa de execução orçamental nos 91%.

O rendimento proveniente dos Parques de Estacionamento totalizou 706.899 euros, inferior ao orçamentado em 36.301 euros e traduzindo uma taxa de execução orçamental de 95%. Este desvio justifica-se pelo impacto no rendimento global dos parques da não conclusão das obras das praias (-139.200 euros), como atrás foi referido, já que todos os parques de estacionamento registaram um volume de rendimentos acima do



orçamentado: nos cinco **Parques de Estacionamento Subterrâneo** o rendimento situando-se nos 353.276 euros, foi superior ao orçamentado em 54.776 euros e colocou a taxa de execução orçamental nos 118%; no **Parque de Estacionamento Afonso Henriques**, o rendimento de 47.799 euros, traduziu um desvio positivo de 4.799 euros e uma taxa de execução orçamental de 111%; nos Parques de Estacionamento situados na zona urbana da **Costa de Caparica**, a um rendimento de 125.517 euros correspondeu um desvio orçamental positivo de 26.017 euros e uma taxa de execução orçamental de 126%, por último, nos parques de estacionamento das **praias do Rei e da Rainha**, o rendimento situou-se nos 179.467 euros traduzindo um desvio orçamental positivo de 16.467 euros e uma taxa de execução orçamental de 110%.

O rendimento gerado por via dos **Apoios de Praia** 'Urbanos' e 'Não Urbanos', resultou num rendimento global de 321.603 euros. A taxa de execução orçamental global, de 97%, refletiu um desvio negativo, de 10.051 euros. O valor das 'ZAB', taxas relativas aos processos inerentes a todos os pedidos de prolongamento do licenciamento das zonas de apoio balnear, por parte dos apoios, registaram um rendimento de 33.051 euros, no período analisado, revelando um desvio positivo de 23.266 euros e uma taxa de execução orçamental de 333%.

O rendimento que resultou das atividades da **Fiscalização** cuja atuação foi condicionada, nos dois primeiros meses do ano, pelas isenções atribuídas, aos residentes, no estacionamento tarifado à superfície e pela suspensão das ações de bloqueios e remoções limitando-as a situações impeditivas da mobilidade, fixou-se nos 628.236 euros – **Parquímetros** com e sem título - evidenciando um desvio positivo de 39.460 euros e uma taxa de execução orçamental de 107%, e nos 209.962 euros - **Taxas** (bloqueios, remoções e diárias) – refletindo um desvio negativo de 44.208 euros e uma taxa de execução orçamental de 83%. Nas **Coimas** o rendimento obtido de 831.191 euros revelou um desvio positivo de 312.191 euros e uma taxa de execução orçamental de 160%. Como atrás foi referido, este montante de coimas, largamente, superior ao previsto resultou não tanto de um aumento do número de autos emitidos, mas da estabilização dos procedimentos relativos aos processos de decisão dos autos de contraordenação, não pagos, com inevitável impacto na receita obtida.

As diferentes áreas de atividade da WeMob não contribuíram de igual forma para o total dos rendimentos operacionais:

ÁREAS DE ACTIVIDADE	RENDIMENTOS		PESO CONTRIBUTIVO
VFV (vendas)	63 936		2%
Flexibus	0		0%
Parques de Estacionamento	706 899	Г	25%
Apoios de Praia	354 654		13%
Taxas e Infrações	209 962	Г	8%
Coimas	831 191	Г	30%
Parquímetros c/ título	515 057	Г	18%
Parquímetros s/ título	113 178		4%
Total Rendimentos Oper.	2 794 877		100%

Relativamente aos **Gastos**, totalizaram 3.284.403 euros, superiores ao orçamentado em 281.556 euros. A taxa de execução orçamental situou-se nos 109%.

:: Analisando, as principais rubricas de gastos, nos *Fornecimentos e Serviços Externos*, os gastos totalizaram 982.877 euros, superiores ao orçamentado em 237.749 euros. A taxa de execução orçamental situou-se nos 132%. Detalhando os *principais desvios*: o gasto a mais de 123.489 euros, face ao orçamentado, em *Serviços Especializados* resultou, sobretudo, de um desvio orçamental nas sub-rubricas de *Conservação e Reparação* (+55.690 euros) em virtude de intervenções nas instalações, *não previstas em sede de PAO 2022*, ou que traduziram custos superiores ao orçamentado, mas que se revelaram essenciais para o funcionamento da empresa e para a melhoria do serviço prestado, a saber: substituição de geradores, pintura, limpeza e marcação de pavimento, nos parques de estacionamento subterrâneo e no parque de VFV (Cova da Piedade), totalizando 28.860 euros; reparações na frota automóvel, nomeadamente, nos reboques afetos à fiscalização e no miniautocarro afeto ao Flexibus (5.579 euros); início dos trabalhos relativos à remoção do vidro do elevador do parque de estacionamento do Laranjeiro (devido a atos de vandalismo) totalizando 2.600 euros; reparações nos equipamentos dos parques e, em concreto, no elevador do Laranjeiro (6.381 euros) e no sistema de interfonia do parque de estacionamento Luísa



Sigeia, totalizando 1.875 euros; reparações em parquímetros, totalizando 3.880 euros e movimentação e instalação do portão da antiga sede (4.200 euros), e de Outros (+67.667 euros) em resultado, sobretudo, de o valor de coimas a distribuir pelas diversas entidades (ANSR, AT, PSP e GNR) ter sido superior ao orçamentado, em 30.743 euros, em função de um rendimento, proveniente das coimas cobradas, também, superior ao previsto, pelos motivos atrás referidos; de valores transferidos e não orçamentados em sede de PAO 2022, para a Autoridade Marítima (2.843 euros), relativos às taxas de Zonas de Apoio Balnear, para os Fundos Ambiental e Azul (12.879 euros) e para a Costa Polis (5.459 euros) e de despesas com instituições bancárias, superiores ao previsto em 16.657 euros justificados pela adesão da WeMob à Unicre permitindo pagamentos através de cartão de crédito e possibilitando o recebimento de pagamentos de estrangeiros, por terminal automático e, ainda, por um aumento das comissões relativas a depósitos bancários, contratação (por imposição legal) de mais uma entidade junto da SIBS e aumento das comissões bancárias; em Energia e Fluídos o gasto superior em 37.562 euros, face ao orçamentado, justifica-se pelo aumento generalizado dos preços da Eletricidade (+31.847 euros) e dos Combustíveis (+5.675 euros). Em Servicos Diversos o gasto, superior ao previsto em 72.384 euros deriva de desvios orçamentais: em Rendas e Alugueres, pelo facto de a WeMob ter ficado dispensada do pagamento da renda das instalações da Romeira, até ao mês de julho (-29.400 euros), em virtude de o espaço não estar completamente desocupado; em Comunicações em resultado de gastos superiores ao previsto em despesas com os CTT (+43.919 euros), por via de um maior volume de autos e, sobretudo, de decisões expedidas e com telefones, telemóveis e internet (+38.861 euros) pelo tempo de implementação, mais longo do que o inicialmente previsto, dos serviços inerentes ao novo contrato de telecomunicações (objeto de procedimento de contratação pública); em Seguros (-6.844 euros) em virtude de um procedimento de contratação pública através do qual foi possível reduzir esta natureza de gastos; em Contencioso e Notariado (+7.033 euros) reflexo de um maior número de consultas ao Instituto de Registos e Notariado, pelo que atrás foi exposto e em Limpeza, Higiene e Conforto (+17.809 euros) justificado, sobretudo, pela limpeza extraordinária efetuada por empresas especializadas em alguns dos parques de estacionamento (Afonso Henriques, Bento Gonçalves, Capitão Leitão e Luísa Sigeia), não previstas em sede de PAO 2022, totalizando 14.834 euros e pela contratação de serviços de desbaratização para os parques de estacionamento subterrâneos e Afonso Henriques, não previstas em sede de PAO 2022, totalizando 1.500 euros.

Nos Gastos com Pessoal o montante de 2.127.357 euros, revelou-se superior em 62.120 euros ao orçamentado e situou a taxa de execução orçamental nos 103%. Detalhando os principais desvios: em Pessoal - Remunerações (+ 40.190 euros) e Encargos Sociais (+11.794 euros), o gasto superior ao previsto justifica-se, essencialmente, pelo fecho de contas a trabalhadores que rescindiram o contrato de trabalho com a WeMob (+17.573 euros), pelo pagamento de horas extra (+16.680 euros), pela contratação de uma jurista em agosto, não prevista em sede de PAO 2022, totalizando 7.000 euros, pelo ajustamento efetuado em novembro relativo à estimativa de férias e de subsídio de férias (ano n+1), totalizando 37.680 euros e, por fim, pelo gasto a menos em remunerações, em virtude de situações de baixas prolongadas, totalizando 36.839 euros. Em *Gastos de Ação Social*, o desvio verificado (+6.694 euros) justifica-se pela contabilização nesta rúbrica dos gastos tidos com o jantar de Natal, cabazes e prendas para os filhos dos trabalhadores (gastos registados em Orçamento em Artigos para Oferta). Em Outros Gastos com Pessoal e em concreto na subrubrica Formação (+6.255 euros), o desvio resulta da aposta na formação dos trabalhadores, nomeadamente, nas áreas de Contratação Pública, Contraordenações, Fiscalização (com vista à credenciação de trabalhadores como Agentes de Fiscalização), Contabilidade, entre outras. Em 2022, a necessidade de se habilitarem mais trabalhadores à condução dos reboques e dos miniautocarros afetos ao Flexibus, traduziu--se num gasto tido com a obtenção das cartas de condução B+E e do Certificado de Aptidão de Motorista (CAM). De referir que, no que se refere ao Fardamento (-3.347 euros), apesar da necessidade de se adquirir fardamento em virtude do reforço da equipa de agentes de estacionamento, o lançamento de um procedimento de contratação pública, no período em análise, permitiu a criação de stocks e uma melhor gestão das necessidades e, logo, uma redução dos gastos previstos.

A decisão da Administração, assente na gestão cuidada das prioridades da empresa e no seu equilíbrio económico-financeiro, em se adiarem os investimentos previstos em sede de Plano de Atividades e Orçamento 2022, justificam o valor a menos de 34.044 euros registado em *Gastos de Depreciação e Amortização*.

Em *Outros Gastos e Perdas* o gasto superior ao previsto em 18.163 euros resulta, sobretudo, de processos judiciais, totalizando 17.954 euros, não previstos em sede de PAO 2022.

Assim, a WeMob encerra o ano de 2022 com um Resultado (antes de impostos) positivo em 26.530 euros



FACTOS RELEVANTES

O ano de 2022 ficou marcado pela evolução favorável da pandemia que vinha a afetar, também, a atividade da WeMob, desde março de 2020. O fim das medidas adotadas em consequência da situação pandémica, possibilitou o regresso à normalidade nas atividades da WeMob relacionadas com a Fiscalização.

De reforçar como facto relevante, em 2022, a estabilização de procedimentos no que se refere ao software de contraordenações e da evolução dos procedimentos relativos ao tratamento dos processos de decisão, permitindo uma maior celeridade na conclusão dos processos e assim no recebimento das coimas, das custas e dos agravamentos dos autos.

Importa referir, também, o encaminhamento, pela primeira vez, de 351 processos para Tribunal.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Os montantes recebidos, ao longo do primeiro trimestre de 2023, relativos a autos de contraordenação tem vindo a diminuir. A crise em que o país se encontra (inflação elevada, variação das taxas de juro com impacto no aumento do valor das prestações bancárias e aumento das rendas dos imóveis) tem significado uma diminuição do rendimento disponível das famílias.

A manter-se a situação de crise, o valor previsto de receitas provenientes das Coimas, aquando da construção do orçamento para 2023, poderá vir a ser afetado por esta realidade.

PERSPETIVAS PARA 2023

Em 2023, a WeMob manter-se-á focada, em articulação com o Município, na promoção de novas formas de mobilidade, as denominadas mobilidades sustentáveis e amigas do ambiente, em promover campanhas de sensibilização para a importância de se evitar a utilização, tantas vezes indevida, do automóvel com impacto na redução de gases poluentes para a atmosfera e para a importância do correto estacionamento na melhoria, por exemplo, da fruição pedonal e da vida nas cidades. Ao mesmo tempo, a carência de lugares de estacionamento à superfície, conduz à necessidade de se encontrarem soluções de estacionamento, algumas das quais já consideradas em sede de Plano de Atividades e Orçamento para 2023.

Destacam-se os objetivos mais desafiantes e promotores de mudança, para 2023:

- :: a Implementação do **Novo Regulamento de Estacionamento** que será o instrumento que contribuirá para uma verdadeira política de Gestão da Mobilidade e do Estacionamento no Concelho de Almada para os próximos anos, pelas alterações profundas que enceta em relação ao Regulamento que ainda se encontra em vigor e pela importante adaptação que opera face à nova realidade, nomeadamente, da cidade de Almada;
- :: criação de um **Gabinete de Comunicação** com vista ao desenvolvimento de um plano estratégico de comunicação, capaz de levar a cabo uma divulgação eficaz das grandes alterações do novo Regulamento e, em articulação com o departamento de Comunicação e Imagem da Câmara, desenvolver campanhas de sensibilização capazes de contribuírem para a necessária alteração de comportamentos;
- :: criação da **Rota Flexibus Trafaria/2° Torrão/Cova do Vapor** reforçando o papel social deste serviço na medida em que irá assegurar o transporte gratuito a mais pessoas, algumas das quais, com mobilidade reduzida;
- :: continuação das diligências que a WeMob tem vindo a desenvolver, junto dos tribunais e das entidades credoras, no sentido de acelerar a conclusão dos processos de veículos penhorados à guarda da WeMob (VFV's) libertando, assim, espaço atualmente ocupado, por um período longo, por veículos penhorados;
- :: implementação de um efetivo sistema de controlo de gestão, com indicadores e métricas de análise e avaliação, possível por via do processo de modernização tecnológica e digital em que a empresa tem vindo a investir nos últimos anos;
- :: implementação de um sistema de Carreiras e de Avaliação de Desempenho.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto na alínea f) do nº 5 do artº 66 do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em



consideração os demais preceitos legais, bem como os objetivos apresentados neste relatório, propõe-se que o Resultado Líquido Positivo, do período de 2022, no montante de 22 766,68 euros, seja transferido na sua totalidade para Reservas Legais.

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Os membros do Conselho de Administração não detêm quaisquer ações da Sociedade, sendo o Município de Almada detentor de 100% do Capital Social da Sociedade.

A WeMob não dispõe de quaisquer sucursais, quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhe foram concedidos quaisquer empréstimos.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal e sector privado.

Não existem dívidas em mora perante a segurança social

Houve a continuidade do Contrato Programa 2022, celebrado entre o Município de Almada e a WeMob.

A fixação de preços praticados, no estacionamento tarifado à superfície e nos parques de estacionamento está sujeita às orientações do Município de Almada; os valores relativos às taxas de remoção, bloqueio e depósito são fixados por Portaria (Portaria 1424/2001, alterada pela portaria 1334-F/2010); os valores das coimas aplicadas constam do Código da Estrada.

O rendimento proveniente da venda de Veículos em Fim de Vida varia em função do valor da tonelada do ferro.

No que respeita às atividades cuja sustentabilidade não é garantida, em virtude de os rendimentos gerados serem inferiores aos gastos, pelo fato da adoção de políticas condicionadas por fatores de ordem social — Parques subterrâneos e Afonso Henriques e *Flexibus* — bem como a Gestão de Veículos em Fim de Vida e a Gestão e Fiscalização dos lugares de residentes não tarifados, estão, parcialmente, cobertas financeiramente pelo Contrato-Programa 2022, estabelecido entre o Município de Almada e a WeMob.

NOTAS FINAIS

Em 2022, a Administração da WeMob deu continuidade a uma gestão rigorosa e muito focada no equilíbrio entre a receita gerada e os gastos necessários ao funcionamento e à modernização da empresa, por um lado, e à melhoria na qualidade dos serviços prestados, por outro lado.

Em 2022, foi priorizada a melhoria na qualidade dos serviços prestados pela WeMob, nomeadamente, nas condições de acesso e de segurança dos parques de estacionamento; no processo de alteração de emissão dos dísticos de residentes, evitando-se a deslocação dos residentes à WeMob; na afetação de uma equipa dedicada à área dos Veículos em Fim de Vida e na adaptação das Rotas *Flexibus* possibilitando um transporte, gratuito, a um maior número de pessoas.

Após dois anos de instabilidade, exigentes não só do ponto de vista da gestão, mas, também da confiança de todos quantos compõem a equipa WeMob, o investimento na melhoria dos serviços prestados (referidos ao longo do documento), a evolução de procedimentos, a melhoria das condições de trabalho, os aumentos salariais, a aposta em ações de formação, habilitando os trabalhadores a um melhor desempenho das suas funções e a promoção do trabalho em equipa, foram fatores que contribuíram para elevar a motivação e reforçar a confiança no caminho que ainda há a percorrer na WeMob.

A WeMob encerra o ano de 2022 com um Resultado (antes de impostos) positivo em 26.530 euros, desviando-se positivamente do orçamentado (16.168 euros) em 10.392 euros, consequência de uma gestão rigorosa das prioridades, de um acompanhamento mensal do equilíbrio entre os rendimentos e os gastos e de uma análise cuidada do impacto dos gastos, não previstos em sede de Plano de Atividades e Orçamento, no resultado da empresa.

Estamos certos do muito trabalho que ainda há a fazer, nomeadamente, no que respeita à implementação do



novo Regulamento de Estacionamento, em 2023, e do caminho a percorrer no que se refere a uma verdadeira política de mobilidade a ser desenhar em articulação com o Município.

A Administração da WeMob continuará empenhada em, conjuntamente com o acionista único, melhorar as condições de mobilidade de quem vive, trabalha ou, simplesmente, visita Almada.

Num ano de afirmação da situação económico-financeira da empresa, a Administração da WeMob manifesta o seu sincero agradecimento, em particular, aos seus trabalhadores pela forma resiliente como têm contribuído para o restabelecimento da estabilidade da empresa, sobretudo, nos dois últimos anos em que a empresa viveu, à semelhança de outras empresas congéneres, momentos bem difíceis.

Almada, 31 de março de 2023

O Conselho de Administração

Luísa Ferreira |Presidente Executiva| Filipe Pacheco

Hélio Anjos



RENDIMENTOS	ORÇ. 3 018 985	EXEC. 3 310 933	TX. EXEC. 110%
/endas Prestações de Serviços	70 000 2 446 585	63 936 2 730 941	91% 112%
Flexibus			
Parques CMA	743 200 298 500	706 899 353 276	95% 118%
- Avenças	259 581	300 855	116%
- Rotativos Bento Gonçalves	38 919 68 655	52 421 77 845	135% 113%
- Avenças	51 185	54 908	107%
- Rotativos Laranjeiro	17 470 50 745	22 937 63 741	131% 126%
- Avenças	50 467	63 630	126%
- Rotativos Luísa Sigeia	278 62 685	68 344	40% 109%
- Avenças	61 050	66 640	109%
- Rotativos Conde Ferreira	1 635 71 640	1 704 88 824	104% 124%
- Avenças	65 658	80 487	123%
- Rotativos Capitão Leitão	5 982 44 775	8 337 54 522	139% 122%
- Ávenças	31 221	35 190	113%
- Rotativos Afonso Henriques	13 554 43 000	19 332 47 799	143% 111%
- Avenças	5 246	7 756	148%
- Rotativos Costa Caparica parque	37 754 99 500	40 043 125 517	106% 126%
- Avenças	1 990	411	21%
- Rotativos Praias	97 510 302 200	125 106 179 467	128% 59%
Rei	53 000	60 849	115%
Rainha Morena	110 000 69 600	118 619	108% 0%
Sereia	69 600	0	0%
Parque da Paz Apoios de Praia	341 439	839 354 654	104%
Urbanos	218 233	207 839	95%
Não Urbanos (TRH) Taxas (ZAB)/outros	113 421 9 785	113 764 33 051	100% 338%
Taxas Infracções	228 970	196 095	86%
Bloqueios Remoções	135 830 71 680	133 379 46 937	98% 65%
Diárias	21 460	15 779	74%
Taxas Infracções - VFV´s Remoções	25 200 11 590	13 867 5 492	55% 47%
Diárias	13 610	8 375	62%
Coimas Wallah Cahranga Directa	519 000 432 000	831 191	160%
WeMob - Cobrança Directa ANSR - % transferida	2 000	652 562 297	151% 15%
Agravamento e Custas	67 600	128 084	189%
Autos externos: - PSP	17 400 3 000	50 248 31 480	289% 1049%
- GNR	14 400	18 768	130%
Parquímetros com título Parquimetros Almada	525 876 366 186	515 057 335 899	98% 92%
Parquimetros Costa Caparica	159 690	179 157	112%
Parquímetros sem título COI Almada	62 900 24 800	113 178 40 286	180% 162%
COI Costa Caparica	38 100	72 892	191%
Subsídios à exploração Flexibus	499 000 58 000	501 184 58 000	100% 100%
Parques CMA	126 000	126 000	100%
Parque Av AH Residentes	15 000 230 000	15 000 230 000	100% 100%
VFV	70 000	70 000	100%
Outros/IAPMEI Outros rendimentos e ganhos	3 400	2 184 14 870	437%
GASTOS	3 002 847	3 284 403	109%
Fornecimentos e Serv Externos Serviços Especializados	745 127 299 497	982 877 422 986	132% 141%
Trabalhos Especializados	170 500	174 338	102%
Publicidade e Propaganda Vigilância e Segurança	5 800 12 382	10 299	0% 83%
Honorários	9 800	13 487	138%
Comissões Via Verde Conservação e Reparação	27 200 30 000	27 690 85 690	102% 286%
Outros	43 815	111 482	254%
Materiais Ferramentas e Utensílios	46 800 10 000	49 705 11 793	106% 118%
Livros e Documentação Técnica	200	1 201	601%
Material de Escritório Artigos para Oferta	28 300 6 300	33 678 780	119% 12%
Outros	2 000	2 252	113%
Energia e Fluidos Electricidade	76 800 47 000	114 362 78 847	149% 168%
Combustíveis	25 000	30 675	123%
Água	4 800	4 840	101%
Deslocações, Estadas e Transportes Serviços Diversos	1 600 320 430	3 010 392 814	188% 123%
Rendas e Alugueres	154 400	126 353	82%
Comunicações Seguros	109 700 18 000	192 480 11 156	175% 62%
Contencioso e Notariado	18 000	25 033	139%
Despesas de Representação Limpeza, Higiene e Conforto	1 000 19 330	654 37 139	65% 192%
Gastos com Pessoal	2 065 237	2 127 357	103%
Orgãos Sociais Remunerações	60 574 49 200	61 076 49 607	101% 101%
Encargos Sociais	11 374	11 468	101%
Pessoal Remunerações	1 884 373 1 548 205	1 936 358 1 588 395	103% 103%
Encargos Sociais	336 169	347 963	104%
Seg. Acidentes de Trab.	26 500	26 681	101%
Gastos Acção Social	35 400 58 390	42 094 61 148	119% 105%
Outros Gastos C/ Pessoai	20 000	16 653	83%
Outros Gastos c/ Pessoal Fardamento			163%
Fardamento Formação	10 000	16 255 1 650	92%
Fardamento Formação Credenciação – Agentes Fiscalização ACSS	10 000 1 800 26 590	1 650 26 591	92% 100%
	10 000 1 800	1 650	92%

_Mapa de Rendimentos e Gastos :: 2022

O Conselho de Administração

Luísa Ferreira |Presidente Executiva|

Filipe Pacheco

Hélio Anjos



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento do nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos informar o seguinte:

Administração

Ações detidas em 01-01-2022 Ana Luísa Lima Ferreira (Presidente do Conselho de Administração) Filipe Alexandre Pardal Pacheco (Vogal do Conselho de Administração) Hélio Jorge Ferreira dos Anjos (Vogal do Conselho de Administração)	Quantidade 0 0 0
Ações adquiridas no exercício Nada a referir	
Ações vendidas no exercício Nada a referir	
Ações detidas em 31-12-2022	
Ana Luísa Lima Ferreira (Presidente do Conselho de Administração)	0
Filipe Alexandre Pardal Pacheco (Vogal do Conselho de Administração)	0

Hélio Jorge Ferreira dos Anjos (Vogal do Conselho de Administração)

Restantes Órgãos

De resto, nem o Fiscal Único, nem o Fiscal Suplente, nem os demais administradores da Sociedade, foram titulares, durante todo o exercício de 2022, de quaisquer ações representativas do Capital Social da Sociedade, não lhes sendo aplicáveis as previsões dos números 2 e 3 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante todo o exercício de 2022 e até à presente data, a Sociedade não procedeu à emissão de obrigações de qualquer natureza.

Almada, 31 de março de 2023

Assinado por: **Hélio Jorge Ferreira dos Anjos** Num. de Identificação: 11948054 Data: 2023.03.31 14:35:34+01'00'

O Conselho de Administração

Assinado por: **ANA LUÍSA LIMA FERREIRA** Num. de Identificação: 11418144 Data: 2023.03.31 17:55:35+01'00'

> *Luísa Ferreira* IPresidente Executival



Filipe Pacheco

Assinado por: FILIPE ALEXANDRE PARDAL PACHECO
Num. de Identificação: 13449909
Data: 2023.03.31 17:15:19 +0100

CHAVE MÓVEL



RELATORIO & CONTAS 2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e ANEXO

Balanço Individual . 31 de Dezembro de 2022 UM: Euros							
RUBRICAS	Notas	31. dez. 2022	31. dez. 2021				
ATIVO							
Ativo não corrente							
Ativos fixos tangíveis	6	1 182 622,14	1 267 567,51				
Ativos Intangíveis	7	44 292,25	51 971,25				
Participações financeiras (outros métodos)	5	997,60	997,60				
Outros Investimentos financeiros	5	20 709,75	20 390,23				
Subtotal		1 248 621,74	1 340 926,59				
Ativo corrente							
Clientes	8	8 541,89	7 905,27				
Estado e outros entes públicos	10	9 297,86	5 832,50				
Outros créditos a receber	11	199 907,44	251 740,64				
Diferimentos	12	49 943,18	31 642,30				
Caixa e depósitos bancários	4	268 105,69	57 387,44				
Subtotal		535 796,06	354 508,15				
Total do ativo		1 784 417,80	1 695 434,74				
Capital Próprio e Passivo							
Capital Próprio							
Capital subscrito	13	1 150 000,00	1 150 000,00				
Reservas Legais	13	22 456,29	22 456,29				
Outras reservas	13	5 407,20	5 407,20				
Resultados transitados	13	(12 247,15)	(8 486,29)				
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	13,18	10 492,27	13 318,72				
Subtotal		1 176 108,61	1 182 695,92				
Resultado líquido do período	13	22 766,68	(156 394,50)				
Total do capital próprio		1 198 875,29	1 026 301,42				
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Provisões	14	11 650,00	11 650,00				
Financiamentos Obtidos	9,15	2 910,22	20 091,00				
Subtotal	,	14 560,22	31 741,00				
Passivo corrente		11550,22	31711,00				
Fornecedores	16	71 923,94	90 053,89				
Estado e outros entes publicos	10	65 481,46	68 243,68				
Financiamentos obtidos	9,15	73 964,43	162 988,63				
Outras divídas a pagar	11	335 569,67	278 922,67				
Diferimentos	12	24 042,79	37 183,45				
Subtotal	12	570 982,29	637 392,32				
Total do passivo		585 542,51	669 133,32				
Total do passivo		JOJ J42,J I	007 133,32				

Contabilista Certificada

Total do capital próprio e do passivo

Conselho de Administração

1 784 417,80



_DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS . Período findo em 31 de Dezembro de 2022

UM: Euros

_			
	2022	20)21
2	2 794 877,55	2 309 559	,08
	501 184,00	499 000	,00
(9	(982 876,59)	(777 460,	34)
(2 1	127 356,36)	(2 028 836,	37)
	14 870,37	11 770	,91
	(26 563,35)	(13 613,	31)
1	174 135,62	419	,97
(1	(144 538,56)	(143 456,	77)
	29 597,06	(143 036,	80)
	0,00	C	,00
	(3 067,54)	(9 596,	84)
	26 529,52	(152 633,	54)
	(3 762,84)	(3 760,	86)
	22 766,68	(156 394,	50)
		22 766,68	22 766,68 (156 394,

Contabilista Certificada

Conselho de Administração



_DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS . Período findo em 31 de Dezembro de 2022

ACTIVIDADES OPERACIONAIS accebimentos de clientes agamentos a fornecedores agamentos ao pessoal Caixa gerada pelas operações agamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento atros recebimentos / pagamentos FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO AGAMENTOS RESPEITANTES A: activos fixos tangíveis activos intangíveis avestimentos financeiros autros activos ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: avestimentos financeiros LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: ananciamentos obtidos acalizações de capital e outros instrumentos de capital próprio abertura de prejuízos autras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A: ananciamentos obtidos		3 033 186,67 -1 194 553,04 -1 960 338,20 -121 704,57 -3 760,86 -148 488,26 -273 953,69 -45 736,47 -5 816,61 5 519,02 -46 034,06	2517 736,62 -1 051 539,01 -1 919 273,57 -453 075,96 -4 759,76 -77 992,61 -535 828,33 -29 638,29 -17 712,00 -6 266,39 2 648,83 -50 967,85
Caixa gerada pelas operações Ingamentos ao pessoal Caixa gerada pelas operações Ingamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento Intros recebimentos / pagamentos FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO AGAMENTOS RESPEITANTES A: Etivos fixos tangíveis Etivos intangíveis Vestimentos financeiros LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: INDICATOR DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: Inanciamentos obtidos Palizações de capital e outros instrumentos de capital próprio Reperações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		-1 194 553,04 -1 960 338,20 -121 704,57 -3 760,86 -148 488,26 -273 953,69 -45 736,47 -5 816,61	-1051 539,01 -1919 273,57 -453 075,96 -4759,76 -77 992,61 -535 828,33 -29 638,29 -17 712,00 -6 266,39
Caixa gerada pelas operações Ingamentos ao pessoal Caixa gerada pelas operações Ingamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento Intros recebimentos / pagamentos FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO AGAMENTOS RESPEITANTES A: Etivos fixos tangíveis Etivos intangíveis Vestimentos financeiros LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: INDICATOR DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: Inanciamentos obtidos Palizações de capital e outros instrumentos de capital próprio Reperações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		-1 194 553,04 -1 960 338,20 -121 704,57 -3 760,86 -148 488,26 -273 953,69 -45 736,47 -5 816,61	-1051 539,01 -1919 273,57 -453 075,96 -4759,76 -77 992,61 -535 828,33 -29 638,29 -17 712,00 -6 266,39
Caixa gerada pelas operações Igamentos ao pessoal Caixa gerada pelas operações Igamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento Intros recebimentos / pagamentos FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO AGAMENTOS RESPEITANTES A: Intros intangíveis Intros activos ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: Intros activos DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: Inanciamentos obtidos Inanciamentos obtidos Inanciamentos de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos Intras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		-1 194 553,04 -1 960 338,20 -121 704,57 -3 760,86 -148 488,26 -273 953,69 -45 736,47 -5 816,61	-1051 539,01 -1919 273,57 -453 075,96 -4759,76 -77 992,61 -535 828,33 -29 638,29 -17 712,00 -6 266,39
Caixa gerada pelas operações Igamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento Intros recebimentos / pagamentos FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO AGAMENTOS RESPEITANTES A: Intros intangíveis Intros activos ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: INVESTIMENTO DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: INTROS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: Inanciamentos obtidos Isalizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos Intras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		-1960 338,20 -121704,57 -3760,86 -148 488,26 -273 953,69 -45 736,47 -5 816,61	-1919 273,57 -453 075,96 -4 759,76 -77 992,61 -535 828,33 -29 638,29 -17 712,00 -6 266,39
Caixa gerada pelas operações agamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento utros recebimentos / pagamentos FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO AGAMENTOS RESPEITANTES A: ctivos fixos tangíveis ctivos intangíveis vestimentos financeiros utros activos ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: vestimentos financeiros LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		-121 704,57 -3 760,86 -148 488,26 -273 953,69 -45 736,47 -5 816,61	-453 075,96 -4759,76 -77 992,61 -535 828,33 -29 638,29 -17 712,00 -6 266,39
agamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento atros recebimentos / pagamentos FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO AGAMENTOS RESPEITANTES A: Litivos fixos tangíveis Litivos intangíveis LITIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LITICAL DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LITICAL DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LITICAL DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LITICAL DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LITICAL DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LITICAL DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LITICAL DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LITICAL DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LITICAL DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LITICAL DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LITICAL DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS RESPEITANTES A:		-3 760,86 -148 488,26 -273 953,69 -45 736,47 -5 816,61	-4 759,76 -77 992,61 -535 828,33 -29 638,29 -17 712,00 -6 266,39
utros recebimentos / pagamentos FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO AGAMENTOS RESPEITANTES A: ctivos fixos tangíveis ctivos intangíveis vestimentos financeiros utros activos ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: vestimentos financeiros LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos calizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		-148 488,26 -273 953,69 -45 736,47 -5 816,61	-77 992,61 -535 828,33 -29 638,29 -17 712,00 -6 266,39
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1) ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO AGAMENTOS RESPEITANTES A: Livos fixos tangíveis Livos intangíveis Livos intangíveis LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: LIVOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE CAIXA DE LIVOS		-273 953,69 -45 736,47 -5 816,61 5 519,02	-535 828,33 -29 638,29 -17 712,00 -6 266,39 2 648,83
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO AGAMENTOS RESPEITANTES A: ctivos fixos tangíveis ctivos intangíveis vestimentos financeiros utros activos ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: vestimentos financeiros LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		-45 736,47 -5 816,61 5 519,02	-29 638,29 -17 712,00 -6 266,39
AGAMENTOS RESPEITANTES A: ctivos fixos tangíveis vestimentos financeiros utros activos ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: vestimentos financeiros LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		-5 816,61 5 519,02	-17 712,00 -6 266,39 2 648,83
ectivos fixos tangíveis ectivos intangíveis vestimentos financeiros eccebimentos provenientes de: vestimentos financeiros evestimentos financeiros evestimentos financeiros eccebimentos de Caixa das actividades de investimento (2) actividades de Financiamento eccebimentos provenientes de: nanciamentos obtidos ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio ebertura de prejuízos extras operações de financiamento acamentos respeitantes a:		-5 816,61 5 519,02	-17 712,00 -6 266,39 2 648,83
ectivos intangíveis vestimentos financeiros utros activos ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: vestimentos financeiros .UXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		-5 816,61 5 519,02	-17 712,00 -6 266,39 2 648,83
vestimentos financeiros utros activos ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: vestimentos financeiros LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		5 519,02	-6 266,39 2 648,83
ecebimentos provenientes de: vestimentos financeiros LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		5 519,02	2 648,83
vestimentos financeiros LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos valizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos valizações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		•	· ·
vestimentos financeiros LUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		•	
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2) ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos calizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		•	
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO ECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: nanciamentos obtidos ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		-46 034,06	-50 967,85
ranciamentos provenientes de: nanciamentos obtidos ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio eletrura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:			
nanciamentos obtidos ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:			
ealizações de capital e outros instrumentos de capital próprio obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:			
obertura de prejuízos utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:		376 537,94	1 251 333,67
utras operações de financiamento AGAMENTOS RESPEITANTES A:			
AGAMENTOS RESPEITANTES A:		152 633,64	771 077,27
		499 000,00	499 000,00
nanciamentos obtidos			
		-482 745,79	-2 124 986,36
ros e custos similares		-3 064,67	-6 721,72
videndos			
eduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
utras operações de financiamento		-11 655,12	
UXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		530 706,00	389 702,86
ariações de caixa e seus equivalentes ($1+2+3$)		210 718,25	-197 093,32
CAIXA e EQUIVALENTES no ÍNICIO do PERÍODO	4		254 480,76
CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO	_	57 387,44	

Contabilista Certificada

Conselho de Administração



_DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

. Período findo em 2021

UM: Euros

POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2021	11=6+7+8+10	1150000,00	22 456,29	5 407,20	(8 486,29)	13 318,72	(156 394,50)	1 026 301,42
		-	-	-	771 077,27	-	_	771 077,27
Outras operações								
Entradas para cobertura de perdas	13				771 077,27			771 077,27
Distribuições								
Realizações de prémios de emissão								
Realizações de capital								-
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	-	(24 257,89)	-	(724 417,24)	11 163,38	592 280,63	(145 231,12)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(156 394,50)	(156 394,50)
	7	-	(24 257,89)	-	(724 417,24)	11 163,38	748 675,13	11 163,38
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13		(24 257,89)		(724 417,24)		748 675,13	-
Ajustamentos por impostos diferidos	13					(3 194,66)		(3 194,66)
Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações								
Realização do excedente de revalorização de activos	13					14 358,04		14 358,04
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Alterações de políticas contabilísticas								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
POSIÇÃO NO INICIO DE 01-01-2021	13	1 150 000,00	46 714,18	5 407,20	(55 146,32)	2 155,34	(748 675,13)	400 455,27
		subscrito	legais	reservas	transitados			C. Próprio
Rubricas	Notas	Capital	Reservas	Outras	Resultados	* AVCP	** RLP	Total do
								I

_DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

. Período findo em 2022 UM: Euros

POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2022	11=6+7+8+10	1 150 000,00	22 456,29	5 407,20	(12 247,15)	10 492,27	22 766,68	1 198 875,29
		-	-	-	152 633,64	-	-	152 633,64
Outras operações								
Entradas para cobertura de perdas	13				152 633,64			152 633,64
Distribuições								
Realizações de prémios de emissão								
Realizações de capital								-
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	-	_	-	(156 394,50)	(2 826,45)	179 161,18	19 940,23
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						22 766,68	22 766,68
	7	_	_	-	(156 394,50)	(2 826,45)	156 394,50	(2 826,45)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13				(156 394,50)		156 394,50	_
Ajustamentos por impostos diferidos	13					808,85		808,85
Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações								_
Realização do excedente de revalorização de activos						(3 635,30)		(3 635,30)
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								_
Alterações de políticas contabilísticas								_
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								_
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
POSIÇÃO NO INICIO DE 01-01-2022	13	1 150 000,00	22 456,29	5 407,20	(8 486,29)	13 318,72	(156 394,50)	1 026 301,42
		subscrito	legais	reservas	transitados			C. Próprio
Rubricas	Notas	Capital	Reservas	Outras	Resultados	* AVCP	** RLP	Total do

Contabilista Certificada

Conselho de Administração



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(montante expressos em euros)

1. Identificação da entidade

A WEMOB, EM, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. Foi criada por proposta N° 64/VIII de iniciativa da Câmara Municipal de Almada e aprovada em Reunião Camarária de 21/04/2004, iniciou a sua atividade em agosto de 2004, tem a sua sede na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense 5/7, em Almada. É detida a 100% pelo Município de Almada com sede na Rua Triqueiros Martel n° 1 2800-213 Almada.

A empresa tem como objetivos:

- . a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, produção e distribuição de energia elétrica e sistemas de apoio à mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade e transporte público urbano de passageiros.
- . o objeto social compreende, ainda, o exercício das seguintes atividades:
- a) Promoção, Gestão do Estacionamento Público Urbano, incluindo a Construção, Gestão, Exploração, Manutenção de zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície, em conformidade com as leis, regulamentos e deliberações dos órgãos municipais;
- b) Fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar relacionada com o estacionamento público, incluindo a instrução e decisão dos processos de contraordenação rodoviárias nessa matéria;
- c) Exploração direta de parques de estacionamento públicos;
- d) Prestação de serviços de apoio conexos com o sistema de mobilidade (controlo do acesso a vias pedonais e vias de acesso condicionado e a vigilância de túneis);
- e) Promoção, prestação e gestão do transporte público de passageiros de âmbito local ou municipal;
- f) Gestão e operação de produtos partilhados de mobilidade;
- g) Construção, exploração e desenvolvimento de infraestruturas de apoio à mobilidade urbana e de produção de energia elétrica, incluindo a sua distribuição e a exploração dos serviços associados a meios de transporte utilizadores de energias alternativas;
- h) Execução de intervenções de iniciativa municipal relacionadas com a mobilidade urbana;
- i) Promoção de estudos e projetos de ordenamento de áreas de estacionamento e de mobilidade e acessibilidade urbanas, novas tecnologias e métodos de exploração do estacionamento.
- j) Prestação de serviços de logística urbana;
- k) Gestão e fiscalização dos resíduos urbanos e da limpeza, higiene e imagem urbana, incluindo a instrução e decisão dos respetivos processos de contraordenação;
- I) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, nomeadamente licenciar e autorizar infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos, com respeito pelos instrumentos de gestão territorial aplicáveis bem como as infraestruturas, equipamentos, apoios de praia ou similares nas zonas balneares;
- m) Desenvolvimento e exploração dos meios técnicos necessários para a otimização da gestão do estacionamento;
- n) Desenvolvimento e exploração de soluções de mobilidade de transportes específicos, nomeadamente no âmbito dos veículos elétricos, de serviço de transporte escolar, de cariz social ou para pessoas com mobilida2de reduzida ou em áreas não cobertas pela rede de transportes coletivos da cidade, bem como os que se referem a serviços de transporte complementar ao transporte individual;
- o) Desenvolvimento de experiências-piloto no âmbito da aplicação de novas tecnologias, no contexto das suas atividades;
- p) Fiscalização e direção da execução das intervenções a seu cargo, bem como a execução de todos os contratos de que seja parte;
- q) Administrar o domínio público e privado do Município de Almada que lhe seja afeto para a prossecução das suas atribuições;
- r) Conservação e manutenção do seu património;
- s) Aquisição e alienação dos bens, equipamentos e direitos a eles relativos e contratar os serviços necessários à prossecução do seu objeto, bem como proceder à organização e atualização do respetivo cadastro;
- t) Formação para profissionais na área do estacionamento, mobilidade e gestão de sistemas de apoio à mobilidade urbana;



- u) Apoio, organização e gestão de eventos visando a promoção da mobilidade urbana.
- . a localização das zonas de intervenção e dos parques de estacionamento municipais caberá à WEMOB, após autorização da Câmara Municipal de Almada, sendo que o Município de Almada afetará os terrenos, caso os detenha, bem como todos os direitos de usufruto sobre o respetivo subsolo à WEMOB, devendo esta por si promover a sua construção e funcionamento.
- . no âmbito do seu objeto social contêm-se a promoção de todos os procedimentos legais relativos à identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no Código da Estrada, incluindo os designados veículos em fim de vida (VFV) e a WEMOB manterá em pleno funcionamento parques específicos para estacionamento temporário de veículos removidos.
- . a WEMOB poderá ainda exercer todas as atividades complementares ou acessórias ao seu objeto social ou outras que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal de Almada ou que se revelem necessárias e adequadas para a sua boa realização.
- . na prossecução das atividades que integram o seu objeto social, a WEMOB poderá estabelecer acordos de cooperação empresarial e prestação de serviços com empresas congéneres de cidades em território nacional ou em países terceiros, com as quais existam protocolos de cooperação ou acordos de geminação celebrados pelo Município de Almada, assim contribuindo para apoiar instrumentalmente essa cooperação nacional ou internacional do Município com base na sua experiência acumulada de serviço local e testando soluções a aplicar para a sua atividade local.

É dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, pela lei comercial, pelos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado.

É entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) Aprovado pelo DL 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo DL 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com os princípios contabilísticos e com as NCRF, geralmente aceites em Portugal.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo e são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados em "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos". Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no anexo, sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seia remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.



2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas de reconhecimento e mensuração

As principais políticas de contabilidade adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

3.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas uteis estimadas:

CLASSE DE BENS	ANOS VIDA ÚTIL
Edificios e outras construções	10
Equipamento básico	8 a 12
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos	4 a 8

3.2. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.3. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICA

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são reconhecidos na rúbrica Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio e imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações) como rendimentos do período durante a vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios relacionados com o rendimento, isto é, subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos no ano.



3.4. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A WEMOB encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável.

Ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,25%, bem como a tributação autónoma sobre encargos e às taxas previstas no artigo 88° do Código IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão. A Administração da empresa entende, todavia, que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de imposto não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme o disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e atualizado.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data de balanço, e que se estima que seja aplicável na data de realização dos impostos diferidos ativos ou na data de pagamentos dos impostos diferidos passivos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

3.5. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Estas rúbricas constituem direitos a receberem pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da empresa, são reconhecidas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

3.6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rúbrica inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações, que podem ser imediatamente mobilizáveis a curto prazo de alta liquidez.

3.7. PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões, consiste no valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associadas à obrigação.

As provisões são sujeitas a uma revisão anualmente e de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, desde que materialmente relevante, deve ser reconhecida, sendo-o como um gasto financeiro.

3.8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos são mensurados ao custo e são mensurados no passivo, sendo expressos no passivo corrente e não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a mais ou a menos de um ano, respetivamente

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos, de acordo com o regime do acréscimo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir direito de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos 12 meses após a data de balanço, sendo, nestes casos, classificados como passivo não corrente.



3.9. FORNECEDORES E OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

As rúbricas "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

3.10. RÉDITO E REGIME DE ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda sejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação de serviços.

O rédito referente aos autos de contraordenação enviados para a Autoridade Nacional Rodoviária (ANSR) apenas é reconhecido quando estes são validados pela entidade reguladora.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo tendo em consideração o montante em divida e a taxa efetiva, durante o período até à maturidade.

3.11. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação financeira da AGENEAL – Agência Municipal de Energia detida pela WEMOB é mensurada ao custo de aquisição.

3.12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto no exercício.

Os gastos a curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários (seguros de saúde, estomatologia e vida). O seguro de saúde inclui benefícios proporcionados quer aos empregados quer aos seus dependentes e cônjuges e podem ser liquidados por pagamentos feitos diretamente pelos empregados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano seguinte, pelo que os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço e/ou proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço são refletidos e/ou divulgados nas demonstrações financeiras, se materiais. Não foram identificadas situações que coloquem em causa a continuidade da empresa.

3.14. IMPARIDADE DE ATIVOS

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Se o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.



3.15. CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas em capital próprio. Os custos diretamente alocados à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução líquida de impostos ao valor recebido resultante dessa emissão. Os custos diretamente atribuídos à emissão de novas ações ou opções ou para aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição como parte do valor de compra.

3.16. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam os ativos e passivos, assim como, os rendimentos e os gastos do exercício

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento, existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, bem como o método de depreciação a aplicar; análises de imparidade, nomeadamente de créditos; provisões; estimativa de imposto e estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais.

4. Caixa e Depósitos Bancários

Comparando os exercícios findos 31-12-2022 e em 31-12-2021, o saldo de Caixa e seus equivalentes, que inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, apresenta o seguinte detalhe:

Designação	31.dez.2022	31.dez.2021
Caixa	38 156,59	40 672,57
Depósitos à ordem	229 949,10	16 714,87
	268 105,69	57 387,44

Os meios financeiros encontram-se disponíveis para uso.

5. Investimentos financeiros

Nesta rubrica inclui, em parte, a participação no património associativo nominal da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada por parte da WEMOB, sendo esta detentora de 0.38% (997,60€). Os investimentos financeiros são, ainda, compostos pelo Fundo de Compensação de Trabalho (FCT) no valor de 20 709,75€. O FCT é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais, o seu valor corresponde à entrega por parte do empregador de 0,925% de retribuição base e diuturnidades durante o período de execução do contrato, exceto nos períodos em que não ocorra contagem de antiguidade. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

6. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, a dezembro de 2022 e dezembro de 2021, foi o seguinte:



Ativo Bruto					UM: Euros

	Saldo em 31.dez.2020	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2022
Edifícios e outras construções	275 016,62	9 744,73	-	119 160,74	403 922,09	-	-	-	403 922,09
Equipamento básico	1 442 608,27	35 554,42	18 690,00	-	1 459 472,69	28 334,00	7 013,63	-	1 480 793,06
Equipamento de transporte	182 522,25	2 949,49	9 000,00	-	176 471,74	1 951,22	4 538,37	-	173 884,59
Equipamento administrativo	281 583,22	9 138,20	-	-	290 721,42	8 612,08	22 078,45	-	277 255,05
Activos fixos tangíveis em curso	791 044,84	3 771,27	_	(124 275,12)	670 540,99	6 606,69	_	-	677 147,68
Outros activos fixos tangíveis	40 786,24	1 257,95	_	-	42 044,19	7 035,00	1 950,00	-	47 129,19
	3 013 561,44	62 416,06	27 690,00	(5 114,38)	3 043 173,12	52 538,99	35 580,45	-	3 060 131,66

Depreciações Acumuladas

		ros

	Saldo em 31.dez.2020	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2022
Edifícios e outras construções	194 834,29	25 230,89	-	_	220 065,18	28 304,52	-	-	248 369,70
Equipamento básico	1 083 224,00	75 528,31	18 690,00	-	1 140 062,31	72 149,90	6 985,38	-	1 205 226,83
Equipamento de transporte	110 464,05	17 898,33	9 000,00	-	119 362,38	15 661,68	4 538,37	-	130 485,69
Equipamento administrativo	243 414,33	18 595,16	-	-	262 009,49	15 208,49	22 050,64	-	255 167,34
Outros activos fixos tangíveis	28 128,09	5 978,16	-	-	34 106,25	5 534,97	1 381,26	-	38 259,96
	1 660 064,76	143 230,85	27 690,00	-	1 775 605,61	136 859,56	34 955,65	-	1 877 509,52

ATIVO LIQUIDO 1 353 496,68 1 267 567,51 1 182 622,14

Em equipamento básico destacam-se as aquisições de: impressoras para os CPA's (caixas de pagamento automáticas) para os parques de estacionamento da cidade de Almada e da praia da Rainha e bloqueadores para a fiscalização.

Adquiriram-se 2 bicicletas elétricas de trekking, como equipamento de transporte, para deslocação entre os parques de estacionamento da Costa de Caparica e de Almada.

No período em relato foi necessário a aquisição de diverso mobiliário de escritório.

Para a área de fiscalização, adquiriram-se impressoras térmicas.

Para o departamento da frota, adquiriu-se scanner de diagnóstico de veículos OBD (On Board Diagnostics). O aumento registado nas outras subcontas dos ativos fixos tangíveis, refletem a aquisição de mobiliário urbano para a Costa de Caparica.

Está considerado com ativo em curso as obras nos acessos às praias.

As diminuições relevadas nas diferentes rubricas de ativos fixos intangíveis referem-se a abates: de diverso material informático (desktops e monitores), de impressoras e envelopadora, equipamentos de controlo biométrico todos estes bens obsoletos e avariados; de equipamento de transporte (ciclomotores 12-GG-26 e 12-GG-27, matricula de 2008); de mobiliário desmantelado (balcão de atendimento antigo) e material de obras inexistente. Releva-se, ainda, nas diminuições de ativos fixos tangíveis a doação a entidades de caris social (Fábrica da Igreja Paroquial de Corroios e Associação de Solidariedade Social ELO Mãe Amorosa) de equipamento informático — computadores, monitores, ratos e teclados e afins — que se encontravam operacionais, mas descontinuados para utilização corrente do que é exigido para o desempenho nos serviços da empresa.

7. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações, no final dezembro de 2022 e dezembro de 2021, foi o seguinte:



Ativo Bruto									UM: Euros
	Saldo em 31.dez.2020	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021	Aquisições	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2022
Programas de computador	4 249,04	-	-	-	4 249,04	-	-	39 496,00	43 745,04
Projectos desenvolvimento	2 282,20	-	-	-	2 282,20	-	-	-	2 282,20
Ativos intangiveis em curso	43 571,25	8 400,00	-	-	51 971,25	-	-	(39 496,00)	12 475,25
•						-	-		
	50 102,49	8 400,00	-	-	58 502,49	-	-	-	58 502,49
Depreciações Acumuladas									UM: Euros
	Saldo em 31.dez.2020	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021	Aquisições	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2022
Programas de computador	4 202,22	46,82	-	-	4 249,04	7 679,00	-	-	11 928,04
Projectos desenvolvimento	2 103,10	179,10	-	-	2 282,20	-	_	_	2 282,20
	6 305,32	225,92	-	-	6 531,24	7 679,00	-	-	14 210,24
ATIVO LIQUIDO									

No período de relato procedeu-se a transferência parcial de valor de ativo intangível em curso referente a desenvolvimento, já concluído, no programa de contraordenações GIC.

8. Clientes

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Clientes, registava um saldo no valor de 8 541,89€ relativo à contrapartida financeira referente ao mês de dezembro dos Apoios de Praia Urbanos.

9. Locações

A empresa detém um contrato em regime de locação – viatura pesada de passageiros – Minibus – o valor contratual é de 67 750,00€, com periodicidade de 48 meses (inicio em 13.02.2020) à taxa nominal de 1,25% com livrança subscrita pelo locatário.Nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, registavam-se os seguintes saldos:

Anos	Amortização anual	
2023	17 210,47	Financiamento corrente
2024		Financiamanta não comunto
2024	2 910,22	Financiamento não corrente

10. Estado e outros entes públicos

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, as rubricas de Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, registava os seguintes saldos:

	31.de	z.2022	31.dez.2021		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Imposto sobre rendimento pessoas coletivas					
PEC (pagamentos especiais por conta)	5 832,50	-	5 832,50	-	
Estimativa de imposto	-	3 762,84	-	3 760,86	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	_	8 819,48	_	11 805,48	
Imposto sobre o rendimento profissionais	-	-	-	-	
Imposto sobre prediais (IRS/IRC)	_	2 737,50	_	1 625,00	
Imposto sobre o valor acrescentado	3 465,36	9 213,36	-	10 909,13	
Contribuição para a Segurança Social	-	40 336,73	-	39 627,85	
Outras tributações - FCT e FGCT	-	611,55	-	515,36	
TOTAL	9 297,86	65 481,46	5 832,50	68 243,68	

Em observação da legislação em vigor, informamos que a Empresa apresenta a sua situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária, assim como a situação contributiva perante a Segurança Social.



11. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A junho de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na rúbrica Outros Créditos a Receber foi o seguinte:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Operações com o pessoal	1 617,89	1 610,29
Devedores por acréscimo de rendimentos	136 215,89	199 489,99
Outros Devedores	58 876,70	47 443,40
Fornecedores (saldos devedores)	3 196,96	3 196,96
	199 907,44	251 740,64

Em operações com o pessoal está considerado o valor de seguro de saúde, pago antecipadamente pela empresa, relativo a cônjuges e filhos de trabalhadores.

A rúbrica Devedores por Acréscimo de Proveitos inclui o acréscimo anual relativo à TRH dos apoios de praia não urbanos (125 564,59€); o valor de acréscimo de coimas/autos de contraordenação, emitidos e notificados em 2022 que prevê receber em 2023 (10 651,30 €).*

Na rubrica Outros Devedores estão incluídos, entre outros, os valores em trânsito relativos a rendimentos obtidos das diversas atividades.

A rubrica outras Dívidas a Pagar tinha a seguinte decomposição:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Operações com o pessoal	639,71	1 873,33
Fornecedores de investimentos	11 924,85	_
Credores por acréscimos de gastos	303 959,56	258 932,60
Outros Credores	19 045,55	18 116,74
	335 569,67	278 922,67

A rúbrica Credores por Acréscimos de Gastos, inclui o valor das estimativas de remunerações, referentes a férias e subsídio de férias e subsídio de natal, bem como, o acréscimo de gastos correntes.

No valor indicado na rúbrica Outros Credores está incluído valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos, no valor de 3 002,61€, por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada e ao Fundo de Eficiência Energética. O subsídio ao investimento recaiu sobre ativos tangíveis com vida útil definida.

12. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo forma como se segue:

Differimentos (Ativo)	31.dez.2022	31.dez.2021
Seguros pagos antecipadamente	6 785,55	14 190,29
Rendas (imóveis)	6 750,00	6 500,00
Vigilância	1 783,85	2 017,90
Assistência técnica	7 961,70	7 303,51
Outros gastos a reconhecer	26 662,08	1 630,60
	49 943,18	31 642,30
Diferimentos (Passivo)	31.dez.2022	31.dez.2021
Rendimentos a reconhecer	24 042,79	37 183,45
	24 042,79	37 183,45

^{*} o valor de autos emitidos e notificados por receber situava-se, na data do relato, nos 532 564,95€ face à improbabilidade de ser recebido este montante até ao final do exercício de 2023, sem que os autos transitem para decisão, procedeu-se ao registo de uma percentagem do valor na rubrica devedores por acréscimo de proveitos, com base no histórico do ano anterior e com um ajuste face às condições económicas atuais



A rúbrica Outros Gastos a Reconhecer inclui: o pagamento da renda das instalações sitas na Av. 25 de abril de 1974 referente ao mês de dezembro, gastos de serviços de vigilância e gastos anuais com Certificação Digital dos agentes de fiscalização, entre outros.

A rúbrica Rendimentos a Reconhecer, inclui o valor pago pelos utentes dos parques de estacionamento relativo a avenças de meses posteriores ao ano de relato.

13. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2022, o capital da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, pela pessoa coletiva Câmara Municipal de Almada detentora de 100% do capital, no montante de 1 150 000,00€. Os estatutos da WEMOB estabelecem na alínea a) do artigo 29°, que, no mínimo, 10% do resultado anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, o capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Capital realizado		1 150 000,00
<u>'</u>	1 150 000,00	,
Reservas Legais	22 456,29	22 456,29
Outras reservas	5 407,20	5 407,20
Resultados transitados	(12 247,15)	(8 486,29)
Outras variações no capital próprio	10 492,27	13 318,72
Resultado líquido do exercicio	22 766,68	(156 394,50)
	1 198 875,29	1 026 301,42

Ao abrigo do artigo 40° da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira por parte da Câmara Municipal de Almada, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. Em 2022, o acionista efetuou uma transferência para cobertura de prejuízos no valor de 152 633,64€

Foi reconhecido, em sede de Resultados Transitados o montante relativo ao Resultado líquido do exercício de 2021.

Na rúbrica "Ajustamentos/Outras variações no capital próprio" estão incluídos valores que se relacionam com subsídios ao investimento, em ativos fixos tangíveis, financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

14. Provisões

Mantém-se registado o valor de 11 650,00€ de provisão para indeminizações por processos constituídos contra a empresa que ainda não têm sentença determinada.

15. Financiamentos Obtidos

Nesta rubrica estão incluídos valores de conta corrente para fazer face a despesas de tesouraria e o valor remanescente da locação financeira em curso.

A conta corrente em aberto é na Instituição de Crédito Santander.

	31.dez.	31.dez.2022		31.dez.2021	
	Não Corrente	Corrente	П	Não Corrente	Corrente
Empréstimos bancários		56 753,96			146 000,00
Outros - Locação	2 910,22	17 210,47		20 091,00	16 988,63
	2 910,22	73 964,43		20 091,00	162 988,63



16. Fornecedores

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Fornecedores, registava os seguintes

	31.dez.2022	31.dez.2021
Fornecedores, Conta Corrente		
Saldos não vencidos	70 090,79	55 209,74
Saldos vencidos (31-60 dias)	1 833,15	34 844,15
	71 923,94	90 053,89

17. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, é detalhado conforme se segue:

	31.dez.2022	31.dez.2021	
Venda de bens	63 936,29	13 791,94	
Veiculos em fim de vida	63 936,29	13 791,94	
Prestação de serviços	2 730 941,26	2 295 767,14	
Parquimetros	515 056,59	416 011,05	
Parques de estacionamento	706 899,29	620 225,79	
Fiscalização	1 154 331,05	930 318,41	
Flexibus	-	26,83	
Apoios de praia	354 654,33	329 185,06	
	2 70/ 977 55	2 300 550 08	П

18. Subsídios

A rubrica de subsídios é detalhada da seguinte forma:

			_				UM: Euros			
	Ва	Balanço			Demonstração de resultados					
	Capit	Capital próprio *		* Imp. Subs. Investimentos		Subsídios à exploração				
	2022	2021	L	2022	2021	2022	2021			
Subsídios relacionados com activos	10 492,27	13 318,72		3 635,30	8 133,44	-	-			
Subs P/ Investimentos	10 492,27	13 318,72		3 635,30	8 133,44					
Subsídios à exploração	-	-		-	-	499 000,00	499 000,00			
Parques CMA						126 000,00	126 000,00			
Parque Afonso Henriques						15 000,00	15 000,00			
Flexibus						58 000,00	58 000,00			
Residentes						230 000,00	230 000,00			
Veiculos em Fim de Vida						70 000,00	70 000,00			
IAPMEI (Ref. aumento RMNG2022)						2 184,00				
	10 492,27	13 318,72		3 635,30	8 133,44	501 184,00	499 000,00			

^{*} Imputação de subsídios para investimentos



19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, foi o seguinte:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Serviços especializados	422 986,36	313 717,22
Trabalhos especializados	174 338,33	136 148,71
Publicidade e propaganda	-	20 105,01
Vigilância e segurança	10 298,89	8 931,00
Honorários	13 486,67	15 400,00
Conservação e reparação	85 689,98	34 489,69
Serviços bancários	22 247,24	16 306,78
Outros	116 925,25	82 336,03
Materiais	49 703,86	30 365,02
Ferramentas e utensilios	11 793,42	12 335,80
Livros e documentação técnica	1 201,48	359,95
Material de escritório	33 677,45	12 966,53
Artigos para oferta	780,00	4 190,75
Cartões parques	2 251,51	511,99
Energia e fluidos	114 361,80	77 521,63
Eletricidade	78 846,94	50 663,63
Combustiveis	30 675,10	22 766,17
Água	4 839,76	4 091,83
Deslocaçoes, estadas e transp.	3 010,18	1 528,68
Serviços diversos	392 814,39	354 327,79
Rendas e alugueres	126 353,07	107 828,35
Comunicação	192 480,01	191 708,00
Seguros	11 155,73	17 586,45
Contencioso e notariado	25 033,41	19 276,24
Despesas de representação	653,50	153,05
Limpeza, higiene e conforto	37 134,32	17 775,70
Outros	4,35	-
	982 876,59	777 460,34

A oscilação nas subcontas de serviços especializados deve-se, essencialmente, a melhorias efetuadas no atendimento ao público, nos parques de estacionamento subterrâneo, em virtude da deteção de algumas anomalias no funcionamento, pintura e à marcação do pavimento do parque Capitão Leitão e do parque dos Veículos e Fim de Vida. De referir, ainda, os gastos superiores em Outros justificados por: maior volume de autos de contraordenação a distribuir às diferentes entidades (ANSR/AT/GNR/PSP); gastos superiores em despesas contratuais e bancárias; valor superior de transferências para a Autoridade Marítima Nacional relativos às taxas de Zonas de Apoio Balnear e de valores transferidos para o Fundo Azul e Ambiental. Em Materiais, o aumento de gastos ficou a dever-se, essencialmente a: gastos tidos com consumíveis em virtude de um volume maior de expedição de autos de contraordenação; aquisição de mobiliário de escritório, nomeadamente, estantes de arquivo e aquisição de diverso material informático.

Em Energia e Fluídos, o diferencial nos gastos justificam-se pelo aumento generalizado dos preços por KW. A rubrica de Serviços Diversos relevou um aumento face a igual período homologo, em: Rendas e Alugueres pelo aumento da renda relativa às instalações de Cacilhas e pelo arrendamento espaço para VFV's na Cova da Piedade; Comunicações em resultado de um maior número de autos de contraordenação expedidos, com impacto nos gastos tidos com os CTT e de um gasto inferior tido com comunicações móveis; Contencioso e Notariado registou-se um maior número de consultas efetuadas ao IRN, e Limpeza, Higiene e Conforto contratualizaram-se serviços de limpeza extraordinária e desbaratização para os parques de estacionamento Capitão Leitão, Bento Gonçalves, Luísa Sigeia e Afonso Henriques e para os contentores localizados nas praias e, ainda, o contrato de serviços de limpeza relativa aos WC colocados na Costa de Caparica durante a época balnear.



20. Gastos com o Pessoal

A repartição dos Gastos com Pessoal, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi a seguinte:

		31.dez.2022	31.dez.2021
Remunerações Órgãos Sociais		49 546,85	49 197,99
Remunerações do pessoal		1 604 649,40	1 544 288,66
Encargos sobre Remunerações		359 428,52	339 051,70
Seguro Acidentes Trabalho		26 681,05	23 596,55
Outros gastos com Pessoal		87 050,54	72 701,47
	2	127 356,36	2 028 836,37
		31.dez.2022	31.dez.2021
Benefício de curto prazo (*)		2 100 433,10	2 000 631,42
Outros benefícios (**)		26 923,26	28 204,95
	2	127 356,36	2 028 836,37

(*) inclui remunerações Orgãos Sociais e Pessoal, encargos, seguros de acidentes de trabalho, gastos acçao social, fardamento, formação, serviços SHST, ACSS-SNS

^(**) Seguro de vida e saúde

	2022
Número médio de trabalhadores	111

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração de resultados são exclusivamente de curto prazo.

O aumento registado na rubrica Remunerações do Pessoal deve-se a novas contratações para a função de Agente de Estacionamento.

A repartição das Remunerações dos Órgãos Sociais, foi a seguinte:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Conselho de Administração (*)	49 546,85	49 197,99
Fiscal Único (**)	9 000,00	9 000,00
	58 546,85	58 197,99

(*) Valor relevado em Gastos com Pessoal. O Conselho de Administração é constituido por três elementos sendo, apenas, o Presidente remunerado.

(**) Valor relevado em Fornecimentos e Serviços Externos.

21. Outros rendimentos e outros gastos

A rubrica Outros rendimentos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, teve a seguinte decomposição:

		31.dez.2022	31.dez.2021
Outros rendimentos e ganhos	П		
Correções relativas a periodos anteriores		7 802,50	443,05
Imputação de subsidios p/ investimentos		3 635,30	8 133,44
Em investimentos não financeiros		-	786,00
Excesso de estimativa para impostos		-	714,52
Outros rendimentos e ganhos		3 432,57	1 693,90
		14 870,37	11 770,91

Nesta rubrica, em outros, está incluído um desconto recebido da empresa Vodafone por negociação de novo contrato de fidelização de serviços de comunicação.



Os Outros gastos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram como segue:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Impostos	1 415,51	5 412,92
Outros gastos e perdas	25 147,84	8 200,39
Correções relativas a periodos anteriores	9 841,76	2 278,60
Em investimentos financeiros (FCT/FGCT)	630,90	-
Em investimentos não financeiros	1 017,93	-
Donativos concedidos	126,00	138,00
Outros gastos e perdas	13 531,25	5 783,79
	26 563,35	13 613,31
Gastos e perdas de financiamento	3 067,54	9 596,84

Em impostos estão relevados os Impostos Automóvel dos veículos que compõem a frota da empresa.

O valor registado em correções de exercício anterior é justificado, maioritariamente, pelos gastos tidos com a instalação de Via verde na Praia do Rei, cujo serviço foi prestado no ano de 2021.

O Fundo de Compensação registou uma desvalorização face ao ano anterior no montante de 630,90€.

O valor em gastos e perdas em investimentos não financeiros referem-se aos ativos fixos tangíveis abatidos com vida útil a decorrer e que, consequentemente, apresentavam, ainda, valor líquido contabilístico. Na rubrica outros gastos estão incluídos valores de comissões, multas, coimas e outras despesas.

Nos juros suportados estão incluídos juros, comissões e imposto de selo de financiamento, relativo a utilização de conta corrente bancária e leasing.

22. Imposto sobre o rendimento

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reconciliação entre a taxa de Imposto sobre o Rendimento e a taxa efetiva de imposto, foi a seguinte:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Imposto corrente	3 762,84	3 760,86
Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos		
	31.dez.2022	31.dez.2021
Resultados Antes de Impostos	26 529,52	(152 633,64)
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	9 841,76	2 278,60
Multas, coimas, juros compensatórios	11 504,49	4 480,72
Outros acréscimos ao rendimento tributável	-	3 416,70
Outros decréscimos ao rendimento tributável	11 317,50	714,52
	36 558,27	(143 172,14)
Reporte de prejuizos fiscais	-	-
Arto 41-A EBF	63 000,00	-
Matéria Coletavel	-	-
Impostos à taxa em vigor	_	
Tributação Autónoma	3 762,84	3 760,86
Derrama	-	-
Outros	_	-
IRC estimado para o exerccício	3 762,84	3 760,86

23. Partes relacionadas

Os termos ou condições praticadas entre a WEMOB e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que, normalmente, seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No período de 2022, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas - Câmara Municipal de



Almada, detentora da totalidade do capital social - respeitam, essencialmente, à atividade operacional. As transações mais significativas efetuadas com esta entidade referem-se a Subsídios à Exploração. Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, as transações realizadas referem-se a consumos de água nos parques de estacionamento e aquisição, por parte dos SMAS, de avenças de estacionamento nos parques de estacionamento sitos na Av. Bento Gonçalves e na Rua Capitão Leitão.

Transações	31.dez.2022	31.dez.2021
SMAS		
. Abastecimento de Água	4 933,41	4 280,52
. Venda de avenças parques estacionamento BG e CL	3 268,29	3 804,88
Câmara Municipal de Almada		
. Subsidios à Exploração	499 000,00	499 000,00
. Cobertura Prejuizo	152 633,64	771 077,27
. Aferição metrológica parquimetros	2 106,73	1 971,14
. Inspeçao de elevadores parques estacionamento	380,72	374,70
. Desconto para ACSS/SNS	26 590,56	26 590,56
Saldos	31.dez.2022	31.dez.2021
SMAS		
. Abastecimento de Água	402,38	196,93
. Venda de avenças parques estacionamento BG e CL	420,00	-
Câmara Municipal de Almada		
. Subsidios à Exploração - CP 2020	-	11 655,12

24. Passivos contingentes

À data da elaboração do presente documento, está pendente uma Contraordenação acionada pela ASAE, na qual é imputada a prática de não remessa do original do livro de reclamações à entidade competente dentro do prazo legalmente estabelecido, cujo valor da decisão final se situará entre os 22 500,00 e os 225 000,00 euros.

25. Eventos subsequentes

Apesar de um cenário de incerteza, face à situação económica mundial e às perspetivas atuais e futuras, a WEMOB pretende continuar a desempenhar o seu papel ativo na gestão do estacionamento e mobilidade da cidade de Almada e não coloca em causa a prossecução da sua atividade enquanto Empresa Municipal. Na presente data, o Conselho de Administração não tem conhecimento se quaisquer fatos ou acontecimentos, posteriores a 31 de dezembro de 2022, que justifiquem ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

26. Proposta de aplicação de resultados

De acordo com o disposto na alínea f) do nº 5 do artº 66 do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em consideração os demais preceitos legais, bem como os objetivos apresentados neste relatório, propõe-se que o Resultado Líquido Positivo, do período de 2022, no montante de 22 766,68€, seja transferido na sua totalidade para Reservas Legais.

Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de administração em 31 de março de 2023, sendo posteriormente remetidas para o Município de Almada para aprovação.

Assinado por: Hélio Jorge Ferreira dos Anjos Num. de Identificação: 11948054 Data: 2023.03.31 14:38:46+01'00'

Assinado por: FILIPE ALEXANDRE PARDAL PACHECO

Num. de Identificação: 13449909 Data: 2023.03.31 17:46:14 +0100



Assinado por: ANA LUÍSA LIMA FERREIRA Num. de Identificação: 11418144 Data: 2023.03.31 (8.05:41+6100)



Num. de Identificação: 10525293

Data: 2023.03.31 11:40:38+01'00'

CHAVE MÓVEL tabilista Certificada



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

E

PARECER DO FISCAL ÚNICO



JORGE MACEDO • NUNO BORGES • SÉRGIO TORMENTA

AUDIT / CONSULTING / TAX / ACCOUNTING



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de WEMOB – E.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.784.417,80 Euros e um total de capital próprio de 1.198.875,29 Euros, incluindo um resultado líquido de 22.766,68 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **WEMOB – E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 202 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 24 do Anexo, existem passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos períodos seguintes. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efetiva concretização, foram apenas objeto de divulgação, procedimento com o qual concordamos. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

 preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo

Página 1 de 3

Telef: +351.22.243.00.30 Fax. +351.22.016.54.22 info@jmnbst.pt www.jmnbst.pt



JORGE MACEDO • NUNO BORGES • SÉRGIO TORMENTA

AUDIT / CONSULTING / TAX / ACCOUNTING

com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades:
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Página 2 de 3

Edifício Hoechst

4100-468 Porto

Portugal



JORGE MACEDO · NUNO BORGES · SÉRGIO TORMENTA

AUDIT / CONSULTING / TAX / ACCOUNTING

 comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 31 de março de 2023

JORGE MACEDO & NUNO BORGES, SROC, LDA

(n.º 269 e registada na CMVM com o n.º 20161562)

Representada por:

Nuno Miguel Borges Alves Pereira

(ROC n.º 1533 e registado na CMVM com o n.º 20161143)



JORGE MACEDO · NUNO BORGES · SÉRGIO TORMENTA

AUDIT / CONSULTING / TAX / ACCOUNTING

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas de **WEMOB – E.M., S.A.** (a Entidade), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade da Administração.

Através de reuniões com a Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informamo-nos acerca da atividade da Entidade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2022, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos da observância e do cumprimento da lei dos atos da Administração da Entidade e procedemos à verificação periódica, com a profundidade julgada oportuna, dos registos contabilísticos e da documentação que lhe serviu de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Entidade conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Foram emitidos o relatório sobre a execução orçamental no 1º semestre de 2022, bem como pareceres sobre a situação económico financeira da Entidade reportada a 30 de junho de 2022, sobre o contrato-programa de 2022, sobre os instrumentos de gestão previsional para 2023 e ainda pareceres prévios relativos a financiamentos.

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, em conjugação com o artigo 67.º, ambos do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, damos nota que foi cumprida pela Entidade, a exigência estabelecida no n.º 1 desse mesmo artigo em relação ao relatório de boas práticas de governo societário.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2022, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa para o ano findo naquela data e o Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2022 preparado pela Administração e da proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui uma Ênfase.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras anexas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 31 de março de 2023

JORGE MACEDO & NUNO BORGES, SROC, LDA

(n.º 269 e registada na CMVM com o n.º 20161562)

Representada por:

Nuno Miguel Borges Alves Pereira

(ROC n.º 1533 e registado na CMVM com o n.º 20161143)

Página 1 de 1

Telef: +351.22.243.00.30 Fax. +351.22.016.54.22 info@jmnbst.pt www.jmnbst.pt